



1290003008



FE

TCC/UNICAMP C67L

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Camila Gomes da Silva Cola

**AS “LEITURAS” DOS PROFESSORES DA ESCOLA
COMPLEMENTAR DE CAMPINAS: um estudo sobre a Revista de
Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São
Paulo**

**Campinas
2006**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

200679526

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação**

Camila Gomes da Silva Cola

**AS “LEITURAS” DOS PROFESSORES DA ESCOLA
COMPLEMENTAR DE CAMPINAS: um estudo sobre a Revista de
Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São
Paulo**

Trabalho apresentado à
Faculdade de Educação da
UNICAMP, para conclusão
do curso de Pedagogia, sob
a orientação da Profa. Dra.
Maria Cristina Menezes.

**Campinas
2006**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE.....	FE.....
Nº CHAMADA:	TCC UNICAMP
	C67L
V:.....	
TOMBA:.....	3008
PROC:.....	123/06
C:.....	D
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	31/08/06
Nº CPD:.....	386354

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

C67L

Cola, Camila Gomes da Silva.

As "leituras" dos professores da Escola Complementar de Campinas : um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficenten do Professorado Público de São Paulo / Camila Gomes da Silva Cola. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Maria Cristina Menezes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ensino – São Paulo (SP).
 2. Educação – Brasil – Republica - Historia.
 3. Revistas de educação.
 4. Escola complementar.
- I. Menezes, Maria Cristina. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-287-BFE

***Dedico este trabalho à minha família
Gilmar, Rita e Mariana e a alguém
muito especial em minha vida, Daniel.***

Agradecimentos

Agradeço este trabalho imensamente a minha orientadora Profa. Dra. Maria Cristina Menezes pela paciência, atenção e apoio em todos os momentos da realização da pesquisa. Ao professor Newton A. P. Bryan pela honra de aceitar ser o segundo leitor deste trabalho.

Agradeço a Edite do Acervo Histórico da Escola Estadual Carlos Gomes pela receptividade e incentivo, aos familiares e amigos que direta ou indiretamente participaram deste trabalho e em especial à Deus força maior que me acompanha em todos os momentos de minha vida.

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo I. Escola Complementar: breve panorama histórico	10
Capítulo II. A Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	14
Capítulo III. Análise do material encontrado no acervo da E. E. “Carlos Gomes”	17
3.1 Sobre os exemplares da Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo	19
3.2 A Revista de Ensino no ano de 1903	26
3.3 A Revista de Ensino no ano de 1904: o começo do fim da subvenção do Estado	35
3.4 A Revista de Ensino no ano de 1905	43
3.5 A Revista de Ensino nos anos de 1906 e 1907	48
3.6 A Revista de Ensino nos últimos anos da Escola Complementar de Campinas: 1908 à 1911	53
Capítulo IV. Considerações Finais	56
Bibliografia	58
Anexos	62

Anexo I. Fotos : fachada da atual E.E. Carlos Gomes, Concentração de alunos durante desfile cívico (1903), vista parcial do prédio da Escola Complementar de Campinas____ 63

Anexo II. Fotos: fachada da Escola Complementar de Campinas à rua Treze de Maio, Escola Normal Carlos Gomes (década de 30)_____ 64

Anexo IV. Capa de exemplar da Revista de Ensino no período em que era supervisionada pelo Governo do Estado de São Paulo _____ 65

Anexo V. Capa de exemplar da Revista de Ensino sem supervisão do Governo do Estado de São Paulo _____ 66

Anexo VI. Indicações de materiais de apoio didático presentes em exemplares da Revista de Ensino _____ 67

Anexo VII. Nota sobre a festa de inauguração da Escola Complementar de Campinas____ 68

Anexo VIII. Hino Nacional para uso em Escolas Normal , Complementar e Grupos Escolares _____ 69

Anexo IX. Discurso do diretor da Escola Complementar de Campinas quando da formatura da primeira turma de complementaristas (1907)_____ 70

Introdução

O presente trabalho contemplou um período breve e intenso da história da educação no estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de Campinas, de 1903 a 1911, priorizando um aspecto marcante deste período: o surgimento e fim da Escola Complementar de Campinas, primeira denominação da Escola Normal Campineira e atual Escola Estadual Carlos Gomes. Buscou traçar um breve panorama da educação paulista neste período, através da consulta de exemplares da Revista de Ensino, publicação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. Foram encontrados exemplares desta revista no acervo da antiga biblioteca da escola, o que nos induz a pensar que as mesmas faziam parte dos materiais utilizados pelos professores da época.

A Escola Complementar de Campinas ilustra um período em que se acreditava no poder da educação, não qualquer tipo de educação, mas aquela que daria especial ênfase à formação do “homem novo”, republicano, peça fundamental na construção da estabilidade democrática e do desenvolvimento econômico da nação.

Os primeiros anos da República, foram marcados por uma forte valorização da educação. Nesses anos, além das reformas de ensino primário e normal ocorreu também uma forte organização de uma rede de escolas normais e complementares.

Nas primeiras décadas do século XX, de acordo com os moldes republicanos, a escola foi considerada símbolo da instauração de uma nova ordem, o melhor caminho para se efetivar o progresso.

“ Não se tratava apenas de civilizar a população, garantindo uma submissão da mesma à estrutura social proposta, mas se colocava como imperioso o dever de formar uma

força produtiva, destinada a dar sustentação ao progresso material do Estado e da Nação.” (Teixeira Jr. 2005, p. 124).

Neste contexto cabia à educação transformar o povo brasileiro em verdadeiros cidadãos do ideário republicano que se instaurava. Procurava-se, portanto, acabar com o número de analfabetos que constituíam entrave para o desenvolvimento desta nova idéia de nação que precisava progredir. Nestes moldes, em 12 de dezembro de 1902, através do decreto n.º 861, surge a Escola Complementar de Campinas, inaugurada em 13 de maio de 1903.

“A República, porém, senhores, veio encontrar uma legião de analfabetos. A república só será uma realidade quando o analfabetismo tiver desaparecido, quando cada cidadão souber conhecer os seus direitos e os seus deveres” (Trecho do discurso de Antônio Alves Aranha quando da formatura da primeira turma de professores da Escola Complementar de Campinas , 1907).

A Escola Complementar de Campinas ocupou seu devido espaço na história da educação do Estado de São Paulo, mas precisamente da cidade de Campinas, e não deixa de se constituir em tema rico de ser explorado. Oscar Teixeira Júnior em sua tese de mestrado “Escola Complementar de Campinas (1903-1911): Espaço, Culturas e Saberes Escolares” defendida na Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP no ano de 2005 enfocou cuidadosamente diversos aspectos da implantação, funcionamento e fim da Escola Complementar de Campinas.

Apesar de contemplar um diferente enfoque de um mesmo objeto de estudo, a tese de Oscar Teixeira Júnior serviu como importante ponto de apoio a este trabalho, além da pesquisa de campo junto ao acervo da Escola Estadual Carlos Gomes, onde foram explorados números da Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918), material de enorme peso nas discussões sobre educação

num período efervescente que coincide com o funcionamento da Escola Complementar de Campinas.

Sobre esta Revista de Ensino, pode-se dizer que se tratou do primeiro periódico educacional de efetiva regularidade no Estado e que surgiu em um período de constituição e autonomização do campo educacional . Segundo CATANI (2002) :

“A implantação da República no Brasil fez-se a partir de intensa atividade no setor educativo, assim desde o final do século XIX observou-se a criação de grande número de escolas, o investimento na formação de professores e a preocupação com a eficiência dos métodos pedagógicos...”

“... É nesse quadro que surgem as tentativas de congregação dos professores, de criação de entidades e manutenção de periódicos especializados em questões educacionais, que divulgam conhecimentos e propagam as opiniões dos profissionais sobre o trabalho, a qualidade de ensino e os projetos pedagógicos.”(p.80)

Pesquisar, portanto, a Escola Complementar, tendo como aliado um impresso de valor tão significativo como a Revista de Ensino, constituiu em trabalho bastante instigante e enriquecedor.

“ Estudos sobre impressos de destinação pedagógica e seus usos escolares vêm-se constituindo em importante campo de investigação historiográfica. Pondo ênfase nos suportes materiais da produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos eles abrangem trabalhos sobre livros de uso escolar, imprensa periódica especializada em educação, bibliotecas escolares, coleções dirigidas a professores etc. Nessas investigações o impresso passa a interessar como objeto, no duplo sentido de objeto da investigação e de objeto material, cujos usos, em situações específicas, se quer determinar.”(CARVALHO,2005,p. 63).

Para esta pesquisa, objetivou-se também o trabalho de localização, referenciação e ações como desinfestação, higienização e descrição, com vistas a sustentar banco de dados, dos exemplares da revista localizados no acervo da escola.

Também se realizou a leitura de dissertações e outras publicações, desenvolvidas no âmbito do projeto FAPESP¹, sobre a preservação do acervo e da reconstrução histórica da instituição, referências bibliográficas sobre o período histórico a ser pesquisado – Primeira República – para entender de que maneira a educação paulista se mostrava neste período, além da análise das Revistas para a seleção dos artigos a serem utilizados na pesquisa.

¹ Pesquisa realizada no âmbito do Projeto: Preservação do Patrimônio Histórico Institucional : Escola Estadual Carlos Gomes. Coordenadora Professora Dra. Maria Cristina Menezes/ Apoio FAPESP.

Capítulo I. Escola Complementar: breve panorama histórico

Como já foi citado a Escola Complementar de Campinas foi criada em de 14 de dezembro de 1902, mas somente inaugurada em 13 de maio de 1903. A primeira idéia de sua fundação deve-se ao vereador Carlos Kaysel em 1901, através de solicitação à Câmara Municipal de Campinas. O vereador defendia a criação de um terceiro Grupo Escolar e de uma Escola Complementar.

Em grande maioria dos casos a criação de uma escola dependia fortemente e quase sempre de interferências políticas e inúmeras solicitações. A exemplo do citado destaca NASCIMENTO (1999):

“... predominavam os interesses políticos em detrimento daqueles ligados à distribuição racional geográfica para que fosse alcançada uma oferta equilibrada do ensino no Estado” (p.58).

Nos primeiros anos do século XX Campinas ainda não possuía escolas de nível superior, naquele período o ensino primário se dividia em dois cursos: o preliminar, obrigatório e gratuito que era ministrado em diversos tipos de escolas: as preliminares, que contavam com professores diplomados; as intermediárias, formadas por professores com habilitação garantida por concursos realizados durante o Império; as provisórias, formada por professores leigos; as escolas reunidas e os grupos escolares. Em 1902, na cidade de Campinas, só não havia escolas-modelo e os grupos escolares eram apenas 02 : o 1º Grupo Escolar, posteriormente denominado G.E. Francisco Glicério e o 2º Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos.

A segunda parte do ensino primário denominava-se curso complementar, não era gratuito e nem obrigatório, tinha por objetivo justamente complementar o ensino oferecido pelo curso preliminar.

Com o número crescente de escolas preliminares surgiu a necessidade de um grande número de professores que atendessem à esta demanda. Deste modo, a solução encontrada foi a de fornecer diplomas, que habilitam para a prática do magistério em escolas preliminares, aos alunos que concluíssem o curso complementar e que tivessem freqüentado um ano de prática em um grupo escolar ou escola-modelo.

O funcionamento da Escola Complementar de Campinas tem início em 03 de janeiro de 1903 e tem como diretor nomeado o professor Antônio Alves Aranha, proveniente da Escola Complementar de Piracicaba.

No primeiro ano de funcionamento a escola possuía uma demanda que ultrapassava o número limite de alunos permitidos . O máximo eram 45 alunos mas as matrículas chegavam a marca de 72 alunos, tal fato ocorreu novamente em 1904, 1908 e 1910. Este era apenas um dos inúmeros problemas que faziam parte do cotidiano das Escolas Complementares, em especial a de Campinas que, em meados da primeira década do século XX, já sentia o peso de fortes críticas.

“Sem um curso theorico e pratico de pedagogia, acompanhado depois de formados, pelo espaço de seis mezes apenas, o funcionamento de um grupo escolar qualquer, os complementaristas, não estão aparelhados para o magistério. Todavia , a elles devemos um serviço já agora inesquecível por sua relevância e feliz oportunidade: substituíram, fizeram desaparecer o chamado professor provisório e com elle toda uma série de calamidades para o ensino publico.” (Anuário de ensino do Estado de São Paulo, 1909-1910, pp.71-72).

O texto acima deixa clara a idéia de que mesmo com diversas lacunas no tocante a formação dos docentes pelo ensino complementar, era preciso reconhecer certos avanços no que dizia respeito à uma certa “qualificação” dos docentes que atuavam até então nas escolas preliminares. Por outro lado, a formação em grande escala de docentes pelas Escolas Complementares configurava também um problema:

“As ‘perdas de privilégio’ se referiam às equiparações entre os professores formados pelas escolas complementares e pela Escola normal, conquistadas em benefício dos primeiros, que, certamente, excediam em número os diplomados pela Escola Normal; resultando em uma diminuição de ‘status’ para os últimos”. (Teixeira Júnior, p.206).

Com o passar do tempo, os próprios diretores começaram a demonstrar através de opiniões e críticas as inúmeras dificuldades de se administrar as Escolas Complementares que demandavam diversos ajustes que ultrapassavam as freqüentes preocupações com o excesso de procura para poucas vagas.

Entre as queixas, as mais freqüentes eram a incorporação de matérias específicas necessárias à preparação dos alunos para a função docente bem como a eliminação de matérias que sobrecarregavam o currículo do curso sem utilidade aparente, um sistema de promoção que considerasse o conjunto das notas, o elevado número de alunos por classe, entre outras.

No que dizia respeito à formação de seus alunos o diretor da Escola Complementar de Campinas, Antônio Alves Aranha, destaca em seu relatório anual de 1910, as necessidades sentidas naquele momento:

“ ... esqueceu-se de uma medida de alcance evidente e de imperiosa necessidade: a inclusão no programma de um curso, não digo já de psychologia e pedagogia, mas de

simples metodologia, para evitar que os alumnos diplomados completem o curso sem ter chegado a formar convicções e principios sobre a arte de ensinar. Sem tal iniciação, ao assumirem os encargos da vida pratica do ensino, elles resvalam quasi sempre para o empirismo e não têm outras regras de conducta a não ser a tradição do que outros fizeram. E nem se diga a pratica de seis mezes os salve desse perigo: a pratica, feita como é, não passa de uma formalidade. Como poderiam fazer uma pratica proveitosa si a pratica pressupõe a existencia de principios que não foram ministrados?"

No início do ano de 1911 seguiram diversos debates e questionamentos sobre qual seria, a partir de então, a real função das Escolas Complementares e o modelo de formação docente que as mesmas iriam adotar e oferecer. Estes debates constituíram elemento fundamental para a reforma da instrução pública e influenciaram a legislação aprovada em março de 1911.

"O resultado de todo debate realizado a respeito das escolas complementares foi a promulgação do Decreto 2025. Além do referido decreto, promulgou-se com a finalidade de aprovar o regulamento dado às escolas normais primárias, a Lei 1311; e o Decreto 2225, que reuniu toda a legislação sobre a educação pública primária e normal... A Escola normal Primária é definida como estabelecimento de ensino profissionalizante destinado a dar aos candidatos o magistério uma educação intelectual, moral e prática, pondo fim à ambigüidade associada a extinta escola complementar". (Teixeira Júnior, p. 224).

A Escola Complementar de Campinas funcionou até 1911 ministrando curso complementar. Em 29 de março de 1911, em decorrência do grande número de queixas e também devido à real necessidade de se formar professores melhor preparados o ensino destinado à formação docente oferecido pelas Escolas Complementares, passa a ser alterado assim como a denominação das mesmas que agora passariam a ser Escolas Normais Primárias.

Capítulo II. A Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo

“Tomar o impresso em sua materialidade implica tratá-lo como objeto cultural que, constitutivamente, guarda as marcas de sua produção e de seus usos. No caso dos impressos de destinação pedagógico-escolar, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição, como produtos de estratégias pedagógicas e editoriais determinadas.” (CARVALHO, 2005, p.63)

Durante os primeiros governos republicanos foram desenvolvidas diversas iniciativas que tinham o objetivo de preparar técnico e moralmente os docentes. Nestas condições surge, além de outras, revistas como “A Escola Pública” (1890-1897), “Revista do Jardim da Infância” (1896-1897) e a “Revista do Ensino” editada em 1897 pela Associação Beneficente do Professorado Público e transformada em órgão oficial em 1911.

“A análise das revistas de ensino do período imediatamente posterior ao advento da República e das primeiras décadas deste século no Brasil, tem permitido conhecer várias dimensões da vida escolar e da organização do espaço profissional dos educadores. Saberes e práticas que transitavam entre os professores, traduções de medidas legais e idealizações sobre a qualidade de ensino constituem grande parte das produções dessa imprensa periódica educacional.” (CATANI, 2002, p. 155).

A “Revista de Ensino” foi publicada no período de 1902 a 1918, durante o qual foram produzidos 64 números. Sobre a Associação Beneficente do Professorado Público define CATANI (2002):

“ Ao referir-se à Associação Beneficente, um de seu associados usou a expressão 'essa jóia engastada na coroa de espinhos do professorado paulista'. Estranha expressão a dar a medida de como essa entidade pretendi representar-se como algo precioso, enquanto instância aglutinadora da categoria profissional.”(p.80)

Como fazia parte de um tipo de publicação destinado a uma associação de professores teoricamente a Revista seria custeada pela entidade, contudo, desde a publicação do primeiro exemplar ela contou com o subsídio da Secretaria do Interior, órgão subordinado ao Estado.

Sobre a importância da Revista para o professorado da época pode-se citar que:

“Trata-se do primeiro periódico educacional de efetiva regularidade de São Paulo, e, além deste pioneirismo, a sua importância pode também ser avaliada pelo desempenho dos seus colaboradores mais assíduos, professores que, desde aquele momento, militaram intensamente pela melhoria da qualidade de ensino, explicitam seus discursos e articulam suas recomendações, fazendo-as circular mediante as revistas”. (CATANI,, 1994, p. 50).

Nos anos de 1902 à 1904 , sob a tutela do Estado, a Revista manteve uma média de 150 à 200 páginas por exemplar disponível a cada dois meses. A respeito deste período, aponta CATANI (2003):

“...não há dados sobre a tiragem; porém , o número de associados da entidade, a que já se fez referência, e posteriormente os elogios transcritos de órgãos da imprensa de diferentes pontos do estado e do país, fazem crer que a Revista deva Ter tido uma razoável circulação entre o professorado primário e as escolas de formação de professores, que constituíam o público ao qual se destinava e para o qual se propunha 'retraduzir' as principais tendências sobre o ensino.”(p.73).

A partir de 1905 a Revista deixa de receber apoio do Estado, período árduo em que a publicação foi interrompida, um fato que ocorrera em 1903 teria sido a origem dos atritos entre a Revista e a Secretaria do Interior. O ponto em questão se referia ao reajuste salarial do professorado aliado as divergências a respeito de alguns itens da reforma da instrução.

“ A Revista deixou de ser impressa pela tipografia do Diário Oficial no final de 1904; em fevereiro de 1905, o n.º 6 (ano III) já aparece com impressão numa gráfica particular. Daí, até 1910, começou a Revista a diminuir de tamanho e a espaçar as saídas, até que esgotadas as verbas que a Associação reservava para o seu órgão de publicidade e não convindo desviar para esse fim, outros fundos sociais, extinguiu-se...”(Catani,2003, p. 72).

Em 1918 a “Revista de Ensino” é substituída pela “Revista Escolar”, que dura até 1927, quando surge a revista “Educação”. Sobre a Associação Beneficente de São Paulo sabe-se que esta interrompeu suas atividades em 1919 . Por uma década não se teve notícia de outra entidade de mesmo gênero no Estado.

Capítulo III. Análise do material encontrado no acervo da biblioteca da

E.E. “Carlos Gomes”

“Em todo livro de aprendizagem, há sempre um excedente em relação a essa aprendizagem.

Há sempre na escolha dos exemplos a inculcação de uma ideologia.

...Assim sendo, sou sempre um tanto reticente diante da idéia segundo a qual haveria uma imediata e total eficácia das mensagens ideológicas depositadas sutilmente nos textos ou manuais.” (CHARTIER, 2001, p.249-250).

O objetivo deste trabalho, como já citado anteriormente, é trazer à luz o tipo de material que pautava o cotidiano dos professores da Escola Complementar de Campinas, a *Revista de Ensino* foi de encontro com o curto período de existência da Escola Complementar campineira e serviu de reflexo da realidade que este trabalho tenta resgatar: leis, decretos, dificuldades, discussões, opiniões, modelos e métodos de trabalhos disponíveis ao professorado do Estado São Paulo, mais especificamente, o campineiro. A importância deste tipo de material impresso para a pesquisa em história da educação é ressaltada por António Nóvoa *apud* CATANI (2002) :

“A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema mas também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente.” (p.11).

Para António Nóvoa a imprensa se caracteriza como uma das melhores ilustrações de extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo, uma vez que:

“...a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polêmicas e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto dos poderes públicos ou nos editoriais de abertura.”(p. 13).

Na pesquisa realizada no acervo da biblioteca da E.E. Carlos Gomes foram encontradas fichas catalográficas que davam pistas da existência de exemplares da Revista de Ensino do Órgão Beneficente do Professorado Público o que leva a crer que provavelmente foram utilizadas pelos docentes da Escola Complementar de Campinas.

3.1. Sobre os exemplares da Revista de Ensino da Associação Órgão Beneficente do Professorado Público de São Paulo

Foram encontrados em bom estado de conservação exemplares dos anos de 1902, 1903, 1904, 1905, 1906, 1907, 1908 e 1911.

As revistas encontram-se divididas em seções, a saber:

1- Questões Gerais;

2- Notas de Viagem (facultativa);

3- Pedagogia Prática: conceitos e lições relacionadas às áreas de História da Civilização, Química, Cartografia, Aritmética, Ensino Militar, Música, além de modelos de desenhos para o trabalho de agulha (picotagem) para as séries iniciais;

4-Diversos;

5-Literatura Infantil;

6-Os Nossos Edifícios Escolares: em cada número via-se a homenagem à determinada escola da cidade de São Paulo ou interior,

7-Uma Vocação (facultativo): fotos e breves comentários de alunos que eram destaque em sala de aula;

8-Crítica Sobre Trabalhos Escolares: obras didáticas utilizadas pelas escolas públicas colocadas em questão e analisadas em detalhes por membros da revista e por contribuições via carta;

9-Hinos Escolares (letra e música);

10- Movimentos Associativos : prestação de contas aos membros associados além da relação de serviços conveniados e oferecidos por médicos, dentistas, farmácias etc;

11-Atos oficiais: leis, decretos que envolviam a questão educacional;

12-Notícias e Anúncios: breves anúncios, notas de falecimento, cumprimentos etc;

A Revista visava claramente à informação e esclarecimentos diversos, contava com a opinião de seus autores sobre temas que não se findavam no campo da prática escolar e sim todo o sistema que o circundava. Mesmo sob o crivo do Estado que, de certa forma, financiou sua publicação de 1902 a 1904, os autores deixavam claro que suas idéias e manifestações não seriam abaladas. Esta questão é tratada no primeiro exemplar da *Revista* datado de abril de 1902 e aqui explicitado na obra de CATANI, 2003:

“ Assim, pois, é sob o auspícios do governo que a Revista vai ser agora publicada, mas fica ressalvada a inteira independência de idéias, e cada qual poderá emitir com a máxima franqueza e liberdade as suas opiniões.” (p.72).

Desta forma a Revista tinha o intuito de “dar voz” aos professores primários, trazendo-os para a ação, consciente de seus direitos e das condições de trabalho os quais desfrutavam.

“ Com a preocupação de avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas e as práticas educativas, a imprensa periódica educacional – feita por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outras instituições (sindicatos, partidos políticos, associações e Igreja), contém e oferece muitos dados básicos para a compreensão da História da Educação e do Ensino”. (CATANI, 2002, p.05).

Ainda no primeiro exemplar percebe-se claramente este objetivo quando o texto inicial de apresentação da Revista declara que o professor “... não pode nem deve mais como

tem feito até o presente conservar-se inactivo e indifferente á feitura das leis que ele é a parte mais interessada.” (p. 03).

Neste primeiro número da Revista já se manifestavam também preocupações cotidianas relacionadas ao ensino e à própria formação do profissional da educação. No primeiro exemplar pode-se ter contato com uma realidade que preocupava boa parte da sociedade letrada e o campo docente da época: a questão dos estrangeiros que se formavam docentes nas Escolas Normais e Complementares do país no início do século XX, reflexo provavelmente do grande número de imigrantes. No artigo o autor Mário de Arantes questiona a atitude do país, que já gozava dos moldes republicanos, de abrir as portas a “*todo e qualquer estrangeiro*” de modo que eles, já diplomados no país, se naturalizavam muitas vezes depois deste fato e acabavam muitas vezes por ocupar os postos de trabalho de muitos brasileiros.

“Com a tolerância que aqui existe para o elemento estrangeiro ninguém indaga si um estrangeiro, diplomado em nossas escolas, adoptou ou não a nossa nacionalidade. Por muito liberal que seja nossa Constituição, não pode ella ser tão elástica até esse ponto”(p. 19).

Esta forte preocupação com o elemento nacionalista, parecia ser ameaçada naquele período pelas diversas línguas faladas no país, uma vez que, foi retratado novamente no exemplar da revista de n.º 04, datado de outubro de 1902:

*“...A língua é o mais forte vinculo que une os povos.
...em poucos annos os nossos irmãos de além-mar já não nos comprehenderão; que digo, os nossos próprios coestadinos pederão interpretes para falar connosco. E então, quando cada Estado tenha o seu modo de falar, o desmembramento desta grande Pátria será certo e inevitável.
Não! Haja reacção!*

Trabalharemos para que daqui a mil annos ainda o povo brasileiro seja vinculado pelo mesmo modo de falar

...Em nome do futuro de nossa Pátria, não revogueis a lei que torna obrigatório o ensino da língua portugueza nas escolas estrangeiras.” (p.583-586).

Ainda se tratando do primeiro número da Revista, encontra-se registrado um problema relacionado às Escolas Complementares que será mais tarde enfrentado na prática pela Escola Complementar de Campinas: o número de vagas limitado em relação à demanda de alunos provenientes do curso preliminar.

“ Este ano, para 6 vagas no 1º anno das duas escolas complementares da Capital, houve para cima de duzentos pedidos de matrícula.” (p.603).

Na coluna “Questões Geraes” outro texto refletia os anseios do professorado da época tratado sob o título de “Um Assumpto de Actualidade” os escritos de Ramon Roca Dordal colocavam em questão a situação do ensino primário oferecido naquela época. Para o autor os conhecimentos dados na escola pública eram “ limitadíssimos” . Vale ressaltar e recordar que o Brasil passava por um período de “experiências” educacionais reflexo dos primeiros anos da República.

O país passava por constantes reformas e uma delas, no campo educacional, procurava sanar o problema dos programas de disciplinas oferecidos pelas escolas primárias do país, neste caso, do Estado de São Paulo. A queixa maior era quanto ao conteúdo, ora muito extenso teórico e de pouco uso prático ora curto demais e defasado, contido nos livros escolares que deveriam ser organizados de modo a não ultrapassar o

“tempo padrão” de duração das aulas. Ainda sobre a questão dos livros escolares sugere o autor:

“Pode elle determinar a organização de séries de livros didácticos que venham produzir a estabilidade necessaria, determinado as modificações convenientes em períodos de antemão marcados, realisando assim segura e calmamente o ideal de todo o mecanismo social – caminhar sem perturbar”. (p. 591).

Outro assunto tratado neste mesmo artigo se refere à doação feita pelo Estado às Câmaras Municipais no valor de 500 contos, um valor considerado baixo para a manutenção do ensino primário.

“A doação actualmente feita às Câmaras Municipais, não produz e nem pode produzir bons resultados... Parece até que essa doação é um ensaio de entrega do ensino primário às mesmas Câmaras; si assim é, não precisa ensaio. Decrete-se a morte do próprio ensino, pois outro não seria o resultado...” (p. 594).

Na coluna “Impressões Pedagógicas” R. Puigagari, em visita à Paris, descreve o ensino lá oferecido e procura trazer para o Brasil idéias, uma vez que, a França era considerada um verdadeiro celeiro de novas propostas no campo educacional.

O Brasil encontrava-se ainda dando seus primeiros passos como um país republicano que procurava modelos para basear seu ensino bastante defasado. Desta coluna, que ocupou boa parte deste número da Revista, o autor deixa bem claro que viajou com recursos próprios, razão pela qual ele não poderia prolongar sua visita em outros países europeus de forte referência educacional naquele período como Suíça, Bélgica e Itália, fato que ele procurou enfatizar em seus escritos.

Em outra coluna, desta vez intitulada “Garantias ao Professorado” e escrita por Antonio R. A. Pereira o assunto tratado é o sucesso do primeiro número da Revista entre o professorado do Estado.

“A nossa pujante, porém, até aqui desunida classe, applaudindo a atitude assumida nesse desprezioso trabalho confirmou a nossa opinião de que o professorado precisa cada vez mais congregar-se para, fortalecido pela união, pela identidade de esforço, ter a vitalidade necessária afim de reagir contra os elementos que procuram desprestigial-o.” (p. 645).

O autor também comenta a respeito da hostilidade encontrada pelos professores no tocante às suas dificuldades diárias, entre elas e principalmente, o salário.

*“ Os professores do curso primário melhor aquinhoados quanto a vencimentos são os directores e professores de grupos escolares e de escolas-modelo, os quaes percebem 350\$, 400\$ e 500\$ mensaes...
..pode-se afirmar sem perigo de erro que, na maioria dos logares, como acontece na Capital, em Ribeirão Preto, Campinas, Santos, Jaboticabal, Araraquara e outras cidades difficilmente essas quantias chegarão para as indispensáveis despezas attendendo que o professor precisa manter a representação decente de seu cargo...
...Si os poderes públicos reconheceram a insufficiencia dos vencimentos de 500\$000 dos juizes de direito, os quaes faziam jus ainda a emolumentos que augmentam muito essa quantia, não podem absolutamente estar convencidos de que os professores se possam manter decentemente com 200\$ ou 300\$ que em média percebem.”(p.p.646 e 647).*

O autor termina seu texto reclamando a falta de valorização da profissão pelo Estado e a perda de garantias, ainda que poucas. Discorre também sobre a triste situação da descrença na profissão docente e do abandono da mesma para buscar melhores condições de vida.

No número 05 da Revista, datada de dezembro de 1902, o assunto que pautou as primeiras páginas foi um artigo escrito por Ramon R. Dordal que dizia respeito aos problemas no tocante a matrículas encontrados pelas escolas públicas.

“O número de pretendentes que se apresentam, pode-se dizer que é três vezes superior aquelle que é possível aceitar...” (p.831).

A crítica era feita à falta de escolas e a idéia oferecida era a de um procedimento de matrícula justo, que devesse ser feito somente para novos alunos por meio de um requerimento acompanhado de uma série de documentos que, reunidos, deveriam ser entregues em cada escola num prazo determinado. A partir deste momento caberia a cada diretor selecionar e classificar cada aluno dando preferência aos que, reunindo outras condições, tivessem: irmã (o) na escola; residissem perto da escola; tivessem mais idade; tivessem apresentado seu pedido em primeiro lugar.

“Não queremos muito; pedimos só que se nos concedam os meios de nos elevarmos e dignificarmos no conceito publico, bem parca remuneração para quem dedica à mocidade, a esperança de nossa terra, todos os seus cuidados.” (p.835).

Na coluna “Garantias ao Professorado”, ainda neste número, mais uma vez voltam-se as atenções à desvalorização da profissão. Gabriel Ortiz escreve a respeito da ameaça a garantias aos profissionais da educação previstas pela lei nº 88 de 08 de setembro de 1892. Foram “caçadas”, inclusive, a lei que dizia respeito ao aumento dos vencimentos do professorado. A citada lei rezava o seguinte:

“§ único. Com relação aos professores, os vencimentos serão aumentados de acordo com as disposições seguintes:

1º No fim de 10 annos de exercício, o professor receberá mais a quarta parte dos vencimentos,

2º No fim de 15 annos receberá mais a terça parte,

3º No fim de 25 annos receberá mais a metade.”(p. 1057)

O problema era o fato de o Congresso Estadual, em penúltima sessão e através de uma emenda no orçamento, ter revogado a disposição que garantiria a quarta parte dos vencimentos ao termino de 10 anos de exercício, justamente um ano antes de grande parte dos professores terem acesso ao benefício correspondente a estes 10 anos de exercício.

“Sou dos que entendem que o professor deve secretamente contribuir para o bem público sem esperar recompensa de espécie alguma a não ser a satisfação que lhe fica na alma de ter cumprido seus deveres com pontualidade, patriotismo e abnegação.

Mas nem por isso deixo de ser do número daquelles que entendem que o Estado nos deve o respeito de nossos direitos e a protecção de nossos interesses legítimos.” (p.1057).

3.2. A Revista de Ensino no ano de 1903

No primeiro número datado de abril de 1903 nota-se uma mudança na apresentação da Revista, mais especificamente ao formato de suas páginas, semelhantes a de um jornal.

Na coluna “Questões Geraes” deste número intitulada “ Mais Grupos Escolares”, escrita por J.B., voltava-se a discussão acerca da questão da falta de escolas para uma população que crescia cada vez mais, ao contrario do número de escolas, que se mantinha sem nenhuma alteração.

A complicada situação enfrentada pelos diretores que, em dia de matrícula não conseguiam sossego nem em seus próprios lares, também é relatada bem como casos de suborno e tentativas de compra de matrícula.

“... por um frango ou por uma dúzia de ovos. Director houve que teve a oferta de um porco para matricular um aluno.” (p.05).

No ano de 1903, 80% das crianças que tentavam vaga no ensino primário voltavam para a casa sem conseguir se matricular, o que demonstrava a gravidade da situação enfrentada naquela época e a visível demanda por novas escolas. Sugestões para sanar este problema são enumeradas no texto, a maioria delas procuravam soluções com vistas a diminuir o ônus do Estado “...já tão onerado com a instrução pública...”, uma das sugestões, por exemplo, é a de se aproveitar as salas de aula utilizadas para o quinto ano, uma vez que, naquela época :

“... as crianças , principalmente nos grupos, raramente vão além do quarto ano, acontecendo mesmo grande número dellas abandonarem a escola no terceiro anno afim de irem para a chappelleira, modista , commercio, etc, enfim auxiliar seu paes , pela maior parte operários.” (p.05).

Mais adiante segue outro artigo escrito por Luiz Cardozo Franco intitulado “ Missão do Professor na Organização Social ”. Percebe-se uma supervalorização do profissional da educação, destacando a importância do saber e condenando a ignorância, atribuía-se ao professor a missão de ministrar o patriotismo ao povo .

“ É tarefa do professor, pois, elevar a sociedade ao mais alto grau de perfeição: physica, intelectual e moral.

Comprometemo-nos, pois destas verdades e façamos da instrução pública de nossa terra, uma realidade elevando a nossa Pátria ao posto que lhe está reservado no concerto das nações civilizadas...

As instituições republicanas tudo esperam do patriotismo daquelles a quem está confiada a educação de seus futuros representantes, dos professores.” (p.11).

No número 02 da Revista, datada de junho de 1903, tem-se retratado, logo nas primeiras colunas, o claro descontentamento dos profissionais da educação no que dizia respeito às garantias e direitos do professorado, tal fato é relatado por Gabriel Ortiz na coluna “Garantias ao Professorado”. Gabriel utiliza-se de um trecho de Rousselot para explicitar seu descontentamento : *“ O estado deve-nos o respeito de nossos direitos e a protecção de nossos interesses legítimos”.*

O autor relata a descrença pela profissão e a situação de diversos professores que se viam obrigados a procurar novas funções. A causa disto tudo é atribuída ao descaso com que os governantes tratavam a profissão docente, que pouco se via beneficiada.

“ ... a falta de garantias à classe, a que só se criam obrigações, aliás pedidas pelo serviço público, mas também se negam regalias.

As poucas garantias, que lhe ainda restam são quasi que diariamente golpeadas.” (p.128).

O autor dispõe de um assunto que povoou as discussões de boa parte dos números da Revista daquele ano, a revogação do aumento de vencimentos previsto pela lei nº 88 de 08 de setembro de 1892.

Outra queixa era a respeito da ameaça de perda da vitaliciedade do cargo. Prevista através de disposições do Regulamento de 27 de novembro de 1897, baixado com

o decreto 218, o professorado gozava das seguintes atribuições : “ ... era vitalício no cargo, do qual só poderia ser demittido através de processo disciplinar ou a pedido.”(p.129)..

Contudo, um outro Regulamento datado de 11 de janeiro, disporia os seguintes termos:

“As escolas absorvidas pelos grupos escolares deixarão de ter existência própria, e serão eliminadas do quadro geral das escolas, passando os respectivos professores, que forem effectivos, a ser considerados como adjunctos do director.”(p.129).

Tal regulamento, em seu artigo 65, citava o que seria o ponto crucial de toda esta questão, a falta de estabilidade do cargo, que até então era considerado vitalício.

“Os adjunctos poderão ser dispensados, quando seus serviços se tornarem desnecessarios ou quando assim convier ao ensino.” (p. 129).

Obedecendo a estes requisitos os professores ficariam a mercê da boa vontade dos diretores.

Neste mesmo número de Revista encontra-se registrada a festa de inauguração da Escola Complementar de Campinas, realizada aos 13 de maio de 1903.

“ Foi uma festa imponentíssima, que mais uma vez veiu provar o interesse que o governo e o povo paulista ligam a nossa já invejável instrução pública.” (p. 190).

O texto integral, que trata de toda solenidade de inauguração da Escola Complementar de Campinas, estará disponível em Anexo no final deste trabalho.

A Escola Complementar nasce dentro deste contexto, até então descrito através do que foi publicado desde os primeiros números da Revista de Ensino em 1902: demanda por melhores condições de trabalho e melhores salários entre os professores, reconhecimento efetivo da profissão, demanda por mais vagas nas escolas públicas, entre outros. Mais adiante, em outros números da Revista, poderá se verificar como foi a receptividade da Escola Complementar de Campinas em seus primeiros anos de funcionamento.

Na Revista de Ensino de agosto de 1903 o assunto da coluna “Carta Aberta aos Exmos. Srs. Membros do Congresso do Estado” tratou novamente da questão da grande demanda de alunos para poucas vagas no ensino público. Sugere-se o aproveitamento de uma renda, que no período correspondia a duzentos contos, que era destinada à compra de material didático. O argumento seria o de que com este dinheiro seria possível a construção de mais quatro grupos escolares. Para a manutenção e compra de material necessário ao funcionamento das escolas seria estipulado um imposto anual de cinco mil réis cobrado por matrícula efetivada em escolas-modelo e grupos escolares. Desta forma e utilizando o argumento do autor:

“...a referida verba de duzentos contos tomará outra denominação para ser applicada na fundação de mais quatro grupos escolares, estabelecimentos que mais tem contribuído, de accordo com o progresso pedagógico, para a diffusão do ensino público.” (p. 198).

Quanto ao imposto cobrado sobre a matrícula que de certa forma desfigurava a gratuidade do ensino público o autor justifica e defende da seguinte forma:

“ Os alumnos de escola-modelo e grupos escolares - não ignoram os Srs. paes de família – têm, gratuitamente , livros, lousas, lápis, uma porção de cousas, que si tivessem de comprar, mormente durante o anno, não o conseguiriam com a quantia de cinco mil rês, importância relativa ao imposto que lembramos e cujo fim é de fazer face àquellas despesas.” (p.198).

Ainda sobre este mesmo assunto, mais adiante neste número, é discutida a questão da lotação das escolas primárias públicas. Segundo a Revista as escolas particulares acabam por ser as mais prejudicadas , a causa seria a seguinte:

“ O Estado, que agora se propões a auxiliar a iniciativa particular, no ensino , foi quem a matou instituindo estabelecimentos de ensino secundário, quaes sejam os gymnasios, e mesmo as escolas complementares , que, embora classificadas na lei como instituição de ensino primário, são de ensino secundário, pois o seu programma é quase igual ao da Escola Normal e como esta, prepara profissionaes para o ensino preliminar” (pp. 289-290).

A sugestão segundo este artigo seria a de limitar o ensino secundário às escolas particulares, deixando apenas o ensino primário a cargo do Estado.

“ Não elimine-se isso não há mais mister de tantos mestres, doutores e bacharéis, já os há em demaisa, e a Escola Normal, as instituições federaes e os Gymnasios particulares ahi estão para que o número delles não mingüe. O mais é demais.” (p.290).

A partir deste trecho pode-se perceber uma crítica, mesmo que nas entrelinhas, às escolas complementares e sua função de formadora de professores para o curso preliminar. Aliás , a questão das escolas complementares será discutida inúmeras vezes nas páginas da Revista que as criticará por diversas vezes, principalmente nos anos de 1905 à 1910.

No último número da Revista do ano de 1903, publicado em dezembro, constata-se a crítica à afirmação que defendia que os professores não aceitavam assumir classes no interior do Estado, em cidades distantes, preferindo apenas as disponíveis na Capital. A defesa dos professores contra mais um de *“uma série de dissabores que mãos infelizes vão ingloriamente espalhando no triste itinerário dos professores primários, amargurando assim os dias de uma classe que trabalha modestamente e sem descanso para o futuro dos filhos do povo”* seria a de que, as cadeiras não estariam sendo colocadas à disposição do professorado, provavelmente devido ao descaso do governo com a educação dos municípios mais distantes *“...porque não estejam incluídas no orçamento da despesa, ou porque não se queira aumentar esta despesa”*.

Em certa parte do artigo, o autor ironiza os investimentos nos cursos de formação de professores, oferecidos tanto pelas escolas normais como pelas escolas complementares, que mesmo diplomados não têm assegurado seu emprego.

“E o orçamento continua a consignar verba para a nossa Escola Normal e para as diversas Escolas Complementares, onde a mocidade, em troca de muito estudo e trabalho conquista uma carta de professor primário, quando de facto não se pensa em nomear professores para as muitas cadeiras vagas”.(p. 421).

Segundo o artigo o erro seria do Estado que não publicava as cadeiras vagas nas cidades do interior de forma a inviabilizar qualquer tipo de informação sobre as vagas disponíveis, dizia ainda que se os professores fossem informados a este respeito iriam sim ocupar tais cadeiras vagas mesmo em locais distantes, desprovidos de uma série de recursos, e lançava o desafio:

“ Publique-se desde já a lista das cadeiras vagas de todo o Estado, incluindo mesmo as que estão providas por professores provisórios , e declare-se que se aceitam inscrições e se farão as nomeações dentro do prazo legal.

Também neste último número assiste-se à publicação da crítica ao projeto de lei apresentado pelo então deputado Fontes Júnior. Tal projeto tinha como intuito a modificação dos moldes do ensino público de São Paulo. Dentre as medidas sugeriu-se a redução dos vencimentos dos professores e a mudança do método de ensino em vigor nas escolas públicas da época. Porém havia se formado uma comissão composta por diversos nomes de destaque no campo educacional do período entre eles Romão Puiggari e Oscar Thompson no intento de vetar o referido projeto de lei, o que de fato aconteceu, mas não durou muito, pois segundo CATANI (2003):

“...este estado de animo não durou muito, pois convencidos que estavam os congressistas da necessidade de economizar, acabaram por aprovar o corte nos salários.” (p. 76).

Neste mesmo exemplar encontra-se um texto retirado do periódico acadêmico D'A Epoca que fala sobre um projeto de lei apresentado pelo então deputado Fontes Jr.. O referido relatório tinha como objetivo reduzir os salários dos professores e modificar o método de ensino que estava vigorando nas escolas públicas da época. O fundamento da proposta de redução dos vencimentos do professorado público estava, segundo o deputado, na diminuição das rendas do Estado, reflexo da crise pela qual passava todo o país.

Mas, o observado era que este argumento não era válido pois viria a prejudicar dentre todos os ramos do serviço público, apenas a classe de professores.

“As secretarias do Estado, por exemplo, continuam a regorgitar de empregados, dos quaes os menos graduados – os amanuenses, meros copistas- têm vencimentos annuaes superiores áquelles a que se pretende reduzir os dos professores de escolas modelo...”(p.509).

O projeto visava também substituir o método de ensino utilizado naquele período partindo do pressuposto de que *“...é preciso ensinar menos e aprender mais...” (p.509).*

Segundo o autor deste artigo, Cardoso de Mello Netto este argumento também não era aceitável, uma vez que *“...os estrangeiros instruídos que nos visitam afirmam que nossa instrução primária é igual ás melhores existentes nos países de cultura mais adiantada.”*. Além disto havia os brasileiros de outros Estados que, segundo o autor: *“... a maior aspiração , tantas vezes e tão sinceramente confessada, seria poder imitar-nos.”(p. 509).*

O autor termina seu artigo contando com a boa vontade dos deputados:

“A esses cabe o imperioso dever de impedir que se destrua em duas pennadas um trabalho em que se têm gastos dedicação e esforços quasi sobrehumanos.”(p.509).

O ano de 1904 será marcado fortemente pelo descontentamento dos professores com a medida de redução dos salários e também será decisivo para o futuro da Revista, seus membros não pouparão críticas ao Estado o que configurará o início do fim da subvenção oficial que durará até 1910.

3.3. A Revista de Ensino no ano de 1904: o começo do fim da subvenção do Estado

“Articulado à temática da necessidade da reforma da instrução pública a ser feita com a participação dos professores, a questão da decadência reaparecerá simultaneamente ao recrudescimento da acidez das críticas.” (CATANI, p. 78).

O volume de número seis da Revista data de fevereiro de 1904. Na coluna “Questões Geraes” traz um memorial da Educação no Estado de São Paulo que explora todas as modalidades do ensino oferecidas naquele período. Consta, entre outras informações, que o ensino primário no Estado de São Paulo era regido pelos decretos de 27 de novembro de 1893 e 11 de janeiro de 1898 e constava de dois cursos: preliminar e complementar. O preliminar, como já foi descrito neste trabalho, destinava-se a menores de ambos os sexos com idades que variavam de 07 a 12 anos. Quanto ao oferecimento do curso complementar:

“...o complementar aos alunos habilitados nas matérias do curso preliminar, recebendo elles na conclusão dos estudos um diploma que lhes confere habilitação para o exercício do magistério em escolas preliminares.”(p. 548).

Ainda a respeito do curso oferecido nas escolas complementares o memorial traz as seguintes informações:

*“ ENSINO COMPLEMENTAR
(Curso Normal Primário)*

O ensino complementar, segundo grau de divisão do ensino primário, é feito nas escolas complementares.

O fim destas escolas era, a principio, desenvolver e completar o ensino primário iniciado nas escolas preliminares; posteriormente a lei de 03 de Setembro de 1895 ampliou este fim, convertendo-as em escolas normaes primarias, pois conferiu aos alumnos que concluirem o curso o direito de serem nomeados professores de escolas preliminares.

O curso das escolas complementares é de 04 anos e o ensino é ministrado a alumnos de ambos os sexos em classes separadas, havendo um professor para cada classe.

O programma de ensino das Escolas complementares comprehende as seguintes materias: portuguez, francez, arithmetica, elementos de algebra, até equações de 2º grau, inclusive geometria plana e no espaço, e noções de trigonometria, noções de mechanica, visando suas applicações ás máchinas as mais simples, noções de physica e chimica experimental e de historia natural, especialmente em suas applicações mais importantes á industria e á agricultura, noções de história, geographia universal e geographia do Brazil, cosmographia, noções de economia doméstica (para as mulheres), moral e educação cívica, calligraphia e desenho a mão livre, escripturação mercantil, exercicios militares, gymnasticos e manuaes apropriados a idade e ao sexo.

Cada escola complementar é munida de uma pequena bilbiotheca, gabinete de physica, laboratorio de chimica e colleções de historia natural.

Existem 6 escolas complementares ou normaes primarias, sendo duas na capital, e uma em cada uma das seguintes cidades: Itapetininga, Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá, tendo sido as duas últimas installadas no corrente anno.

Matricularam nas escolas complementares 1251 alumnos.

As aulas dos grupos escolares, escolas modelos e complementares começam de 1 de Fevereiro e funcionam até 30 de novembro...

Os vencimentos mensaes do professores dos diversos institutos de ensino primário são os seguintes: - professor de escola preliminar – 300\$000, de grupo escolar-350\$000, de escola modelo 400\$000, de escola complementar – 450\$000. Os respectivos directores, além do vencimento de professor, tem 50\$000 de gratificação.”(p.550-551).

Na revista de junho de 1904 encontra referência a comemoração do “Dia da Instrução”, uma nova data cuja a Associação do Professorado Público destinou “...à recordação do período áureo com que se iniciou o novo regime em São Paulo, isto é, da época das grandes reformas no ensino público paulista”(p.159).

A data desta comemoração seria sempre aos 24 de abril, data do falecimento de Cesário Motta importante colaborador da reforma do ensino público. A comemoração deste dia seguiu em enorme desfile em que participaram diversos grupos escolares e

personalidades como os representantes do Estado, da polícia e o senhor secretário do interior.

No final desta edição da Revista encontra-se publicado em “Acto” uma relação de livros escolares revistos que deveriam ser adotados pelas escolas preliminares e complementares do Estado. No tocante às Escolas Complementares segue a relação de livros:

SECCÃO A

1º ano:

Portuguez

- 1) *Livro de leitura para o curso complementar de O. Bilac e M. Bonfim;*
- 2) *Livro de composição, O. Bilac e M. Bonfim;*
- 3) *Anthologia Brasileira de Eugênio Weneck.*

Francez

- 1) *Lectures courantes, année préparatoire, Guijau;*
- 2) *Premières lectures ebfbines, Ed. Rocherolles;*
- 3) *Lectures pratiques, Jost & Humbert.*

2º ano:

Portuguez

- 1) *Autores contemporâneos, J. Ribiero;*
- 2) *Lendas e narrativas, A. Herculano;*

Francez

- 1) *Lectures courantes, Jost Cahen 1º parte;*
- 2) *Lectures courantes, année première, Guijau;*
- 3) *Nouvelles Narrations françaises, Filon.*

3º ano:

Portuguez

- 1) *Lusiadas, ed. José Verissimo;*
- 2) *Anthologia Nacional, Fausto Farreto.*

Francez

- 1) *Nova selecta franceza, Kunh, traducção Said Ali;*
- 2) *Lectures courantes, Jost Cahen, 2º parte.*

4º ano:

Portuguez

- 1) *Selecta Nacional, Caldas Aulete;*
- 2) *Arte de educar os filhos, A. Weneck;*

Francez

- 1) *Selecta, Roquette;*
- 2) *Petit cours de littérature française, Ch. Andre.*

SECCÃO B

Portuguez

- 1) *Grammatica, Júlio Ribeiro;*
- 2) *Grammatica, Hemeterio dos Santos;*

- 3) *Grammatica, Júlio Ribeiro;*
- 4) *Grammatica, Maximiano Maciel;*
- 5) *Estylo em ação, Genesio Rodrigues.*

Francez

- 1) *Grammatica, Halbout;*
- 2) *Grammatica, Brachet;*
- 3) *Grammatica, Alfredo Gomes;*
- 4) *Grammatica, Larousse (curso médio);*
- 5) *Grammatica, Sevène;*
- 6) *Cuso de língua francesa, Rossmann e Schmidt.*

Arithmetica

- 1) *Elementos de Arithmetica, J.J. Luiz Viana, 9º edição;*
- 2) *Explicador de Arithmetica, Sá, 9º edição;*
- 3) *Arithmetica, Aarão Reis.*

Para exercícios práticos: Cours Superieuer, Auvert.

Chorographia do Brazil

- 1) *A Terra e o homem, Wappoeus;*
- 2) *Geographia geral do Brazil, Sellin;*
- 3) *Chorographia do Brazil, M. Pinto;*
- 4) *Chorographia do Brazil, Henrique Martins;*
- 5) *Chorographia do Brazil, Villas Lobos;*
- 6) *Pequeno atlas do Brazil, Olavo Freire.*

História Pátria

- 1) *Historia do Brazil, M. Pinto;*
- 2) *Historia do Brazil, Mattoso Maia;*
- 3) *Historia do Brazil, Basilio de Magalhães;*
- 4) *Patria, João V. de Almeida;*
- 5) *Historia do Brazil, edição centenario, João Ribeiro;*
- 6) *Historia do Brazil, V. de Porto Seguro;*
- 7) *Historia do Brazil, Southney .*

Geometria

- 1) *Elementos de geometria, Cabrita;*
- 2) *Elementos de geometria, Clairaut, tradução de J. Feliciano;*
- 3) *Elementos de geometria, Lacroix;*
- 4) *Elementos de geometria, Lubsen;*
- 5) *Elementos de geometria, Legendre.*

Algebra

- 1) *Algebra de Clairaut;*
- 2) *Algebra de Trajano;*
- 3) *Algebra de Cunha;*
- 4) *Algebra de Avila;*
- 5) *Algebra de Boudon;*
- 6) *Algebra de Guilmin .*

Para exercícios: Ritt ou F.I.C.

Esripturação Mercantil

- 1) *Esripturação Mercantil, de Carlos de Carvalho;*
- 2) *Esripturação Mercantil, de Silva Sobrinho;*
- 3) *Esripturação Mercantil, de Horacio Berlinck;*
- 4) *Esripturação Mercantil, de Pompilio Fontoura;*
- 5) *Esripturação Mercantil, de Veridiano de Carvalho.*

Cosmographia

- 1) *Elementos de cosmographia, Henrique Martins;*
- 2) *Elementos de cosmographia, Briot;*
- 3) *Elementos de cosmographia, F.I.C.*

Mechanica

- 1) *Mechanica racional, Longchamps;*
- 2) *Elementos de mechanica, Combette;*
- 3) *Elementos de mechanica, F.I.C.*

Geographia geral

- 1) *Curso de geographia, Lacerda;*
- 2) *Geographia geral, Moreira Pinto;*
- 3) *Geographia geral, Shrader;*
- 4) *Geographia geral, Cotambert.*

Trigonometria

- 1) *Memento de trigonometria rectilínea, Thiré;*
- 2) *Trigonometria, Viana;*
- 3) *Trigonometria, Lacroix.*

Physica

- 1) *Physica, Oliveira Menezes;*
- 2) *Physica, Langlebert;*
- 3) *Physica, Dr. Nerval de Gouvêa;*
- 4) *Physica, Ganot (edição condensada).*

Chimica

- 1) *Chimica, Saavedra ;*
- 2) *Chimica, Martins Teixeira.*

Historia Natural

- 1) *Historia Natural, Lanlebert;*
- 2) *Historia Natural, Saavedra.*

Historia Geral

- 1) *Licções da História da Civilização, dr. Benevides;*
- 2) *Historia Geral, Annibal Mascarenhas;*
- 3) *Histoire de la civilisation, Seignobos.*

Educação Cívica

Educação cívica, - Numa Droz, tradução do dr. Domingues Jaguaribe.

Educação Domestica

- 1) *Educação domestica, Vera Cleser;*
- 2) *Noções de vida doméstica, Felix Ferreira*

Trabalhos Manuaes

Encyclopédie des ouvrages des dames, Therese Dillmont.

Gymnastica

- 1) *Manual de Gymnastica, Baragiola;*
- 3) *A gymnastica escolar, Pontes.*

Musica

Curso theorico e pratico, João Gomes e M. Carneiro.

Desenho

- 1) *Collecção de cadernos, drs. Oscar Thompson e Thomaz de Lima.*

SECÇÃO C

Livros que estão no caso de ser aproveitados para a constituição de bibliothecas escolares, annexas aos grupos escolares, escolas-modelo e escolas complementares.

Samuel Smiles – O dever. Já aprovado;

Samuel Smiles – O caracter. Já aprovado;

Samuel Smiles – Vida e trabalho. Já aprovado;
Samuel Smiles – Economia domestica;
Samuel Smiles – O poder da Vontade;
Thomaz Brandão – Sentimento;
João Macé – História de um pedacinho de pão;
Rodolpho Theophilo – Sciencias naturaes em conto;
Cacilda Francioni –Literatura Nacional;
Zalina Rolim – Livro das crenças;
Francisca Julia – Livro da infância;
Xavier Pinheiro – Musa das escolas;
A. Goulart – Literatura infantil;
Tulio de Campos – Os grandes pensadores;
Felix Ferreira– Noção de vida pratica.
Lista Suplementar
Spencer – Da educação;
Gustave le Bon- Psychologie de l'education;
Rayot- Leçons de Psychologie;
Parker - Talks on teaching;
Dr. Jaguaribe – Arte de formar homens de bem;
Adolpho Coelho – Diccionario da Educação;
José Feliciano – O descobrimento do Brazil;
M. P. Carpentier – Cours d'education et d'instruction;
Vichman – Atlas Universal;
Compayré – Pedagogia et Psychologie;
Gillet- Hygiene Infantil;
Taunay- Retirada da Laguna;
Machado de Assis – Varias Historias.

Na revista de agosto de 1904 o texto inicial tratou do tema da Reforma da Instrução Pública, segundo o texto, os legisladores da Reforma não teriam subsídios teóricos necessários para tal, o ideal seria a realização de um congresso de professores, os maiores entendedores desta questão e a classe que mais sentia com as reformas, em que seriam deliberadas as medidas a serem adotadas, partindo daquilo que já era adotado em questão de ensino e tinha funcionado.

Uma vez discutido os parâmetros para a Reforma, os mesmos deveriam ser divulgados pela imprensa, discutidos em conferências públicas para que deste modo fossem

apontados os erros, as incoerências, enfim, idéias a serem conservadas, modificadas ou mesmo abandonadas.

O primeiro passo para uma reforma significativa seria a adoção do magistério público como uma carreira, este seria o verdadeiro princípio de uma reforma de ensino que levasse em consideração a opinião dos professores. Mas, toda vez que se propunha a reforma nas escolas normais logo tratavam de modificar o currículo sem considerar critério algum.

“Escolhem-se as materias a ensinar nas escolas normaes, exactamente com o mesmo criterio com que se escolhem tomates no mercado.” (p. 266).

Uma vez reconhecido o caráter de formação profissional das escolas normais em que se ensinariam disciplinas necessárias ao exercício de uma profissão, tem-se uma maneira mais segura e viável de se escolher disciplinas a serem incluídas nos programas de ensino destas instituições.

“Não substituindo a acção empírica pela consciente , o governo e os professores hão de caminhar sempre nesse terreno de hesitações e incongruências que nos deu um systema de instrucção publica, que tende a retrogradar por ser uma verdadeira manta de retalhos.” (p. 267).

Ainda neste mesmo número na coluna “Noticiário” sob o título de “Despesa com a instrução pública” observa-se uma nota em que são dispostos em ordem crescente os Estados que mais gastavam com a educação. Considerando a totalidade de sua renda, a

disposição dos Estados ficava da seguinte maneira: Ceará (23%), Sergipe (19%), Pará (17%) , Minas (16%) , São Paulo e Rio de Janeiro empatavam (15%).

A última abordagem significativa para esta pesquisa e presente neste número (agosto de 1904) é um texto escrito por Francisco Viana em que o mesmo descreve o modo como ele próprio organizaria o ensino primário. O autor acreditava ser inconveniente o fato de existirem dois tipos de escolas formadoras de professores, para ele deveria existir um só tipo de escola destinada à esta tarefa em todo o Estado.

Para tal fim as escolas complementares deveriam ser transformadas em escolas normais. Estas escolas normais teriam duas seções: feminina e masculina e teriam a duração de três anos. Os professores das extintas escolas complementares poderiam ser temporariamente aproveitados nas classes de escolas preliminares caso não quisessem escolher uma cadeira no curso da escola normal .

Esta não será a primeira das inúmeras soluções para o fim das escolas complementares , outros artigos iriam retratar de forma nítida as reformulações pelas quais as mesmas passaram no decorrer dos anos de seu funcionamento.

O próximo assunto a ser tratado pela Revista, desta vez na edição de dezembro de 1904, é um texto de Benedito A . Brasileiro em que a questão da vitaliciedade do cargo de professor e a sua manutenção, estendendo-se inclusive para os formados em escola complementar, que de acordo com a lei nº 374 de 03 de setembro de 1895 poderiam ser nomeados professores preliminares com as mesmas vantagens obtidas pelos formados em escolas normais era retratada.

" ...uma vez que ficou provado que os normalistas são vitalícios, e si a lei concede aos complementaristas as mesmas vantagens conferidas aos primeiros , a conclusão será que os diplomados por escolas complementares são ipso-facto vitalícios."(p. 442).

A questão vitaliciedade dos professores que passou a ser ameaçada, como já citado anteriormente, volta a ser alvo de críticas quando tem-se a proposta do regulamento de 11 de janeiro de 1898 que reza, em linhas gerais, que o professor poderia sim ser dispensado a qualquer momento de seu cargo quando isto convier ao ensino ou quando seus serviços não forem mais considerados necessário

3.4. A Revista de Ensino no ano de 1905

“ A escola pública, acompanhando as leis da evolução social, não é mais um apanagio e privilegio das classes nobres...vae para o contrário, se tornando uma instituição democrática, preenchendo assim o seu fim que consiste em dar a todos os cidadãos uma instrução integral e também uma verdadeira educação.” (p. 518).

Abrindo o ano de 1905 tem-se publicado na coluna “Questões Geraes” mais um debate acerca da reforma da instrução pública primária. Dentre inúmeras reivindicações tem seu devido destaque questões, já anteriormente discutidas, como a valorização do magistério, oferecendo ao professor um horizonte maior de possibilidades de exercício de sua profissão, uma vez que:

“...para que a instrução pública seja uma realidade, e a escola mereça este nome, para que seja attrahente, para que inspire affeição à creança e não repulsa e antiphatia, é indispensável, como disse alguém, que o mestre se considere feliz, garantido plenamente nos seus direitos, vendo diante de si honras e acessos que lhes impulsionem as aspirações que todo homem deve ter para ser digno de existir...” (p.519).

A questão da vitaliciedade também é novamente discutida. Objetivava-se que fosse oferecida ao professor uma segurança maior resistente a perseguições pessoais, entre outros motivos banais, de modo que o professor somente fosse dispensado de seu cargo em casos especiais, previstos em lei.

Outro tema discutido dizia respeito aos vencimentos dos professores. De acordo com a lei de nº 88 de 08 de setembro de 1892 o professor que completasse em seu cargo o tempo de 10 anos receberia a quarta parte de seus vencimentos (25%); no fim de 15 anos, mais a terça parte (33%) e, finalmente, no fim de 25 anos receberia mais a metade (50%). Porém, em virtude e a título de economias, esta lei perdeu seu significado e foi derogada em 1899. Segundo o autor do texto, com um pouco de boa vontade, sem ferir terrivelmente o orçamento do Estado e em defesa do prejuízo material do professorado, a referida lei poderia sofrer a seguinte alteração: no final de 10 anos de exercício 10% de aumento sobre os vencimentos, no final de 15 anos seriam incorporados mais 15 % e no final de 20 anos, incorporados mais 20%.

Uma lei sobre aposentadoria também deveria ser criada de modo que as diferenças de aposentadorias, na mesma profissão, não fossem tão gritantes. Nesta mesma linha um seguro contra invalidez e morte garantiria uma segurança aos familiares dos professores enfermos ou falecidos.

Quanto à classificação das escolas esta deveria seguir o seguinte critério: escola modelo, anexa à escola normal; grupos escolares e escolas isoladas, sendo a última subdividida em: escolas diurnas, curso noturno para adultos, escolas mistas. Estas escolas isoladas se localizariam na cidade como um todo ou em determinados bairros.

Quanto às escolas complementares o autor acreditava que, mais cedo ou mais tarde, elas acabariam ou diminuiriam drasticamente, uma vez que, a quantidade de

professores formados pelas escolas normais já era mais que o suficiente para suprir a demanda. O investimento em escolas complementares poderia ser revertido na criação e manutenção de escolas profissionais .

“... o povo que possuir o maior número de escolas primárias bem organizadas, e portanto, o menor número de analfabetos , e possuir também o maior número de escolas profissionaes, é sem dúvida o povo mais adiantado.”(p. 523).

Para finalizar este artigo a questão da municipalização do ensino é discutida e apontada pelo autor como pouco vantajosa, uma vez que:

*“ Somos d'aquelles que pensam que ainda é muito cedo para confiarmos a nossas escolas publicas as camaras municipaes ...
... as camaras deveriam contribuir efficazmente para o melhoramento das escolas publicas, não na parte tecnica e administrativa , propriamente dita, porem na parte material em que muita coisa ainda esta por fazer.”(p. 524).*

Estas colunas, em formato de opiniões, como a acima de autoria de Benedicto A. Brasileiro, servem para espelhar o descontentamento e insegurança quanto a questão da reforma de ensino, assunto amplamente discutido nas publicações da Revista. Estas posições e questionamentos de diversos professores, membros da Associação ou não, demonstram a clara preocupação com os rumos da trajetória do magistério no Estado de São Paulo.

Na Revista de abril de 1905 na coluna “Questões Geraes” sob o título de “Muito bem!” encontra-se retratado o descontentamento já bastante aparente com relação às escolas complementares. O autor que se identifica apenas como D. discorre sobre o real

significado da criação destas escolas, que de acordo com a lei nº 88 de 08 de setembro de 1892, seriam uma subdivisão do ensino primário, como já foi relatado neste trabalho.

“ Houve logo uma enchente de mestras ainda muito jovens e professores emberbes , entre os quaes contavam-se muitos filhos, parentes e afilhados de políticos da situação. Transformou-se a capital em ninho de professores , para os quaes se creavam logares nos grupos ainda mesmo sem necessidade. ”(p. 597).

As conseqüências destes atos, segundo o autor, vieram em forma de redução salarial , supressão de garantias, o desdém pela profissão e a desorganização do ensino popular.

Neste mesmo número em “Noticiário” tem-se em destaque os números da instrução pública em 1904. Achavam-se funcionando no estado de São Paulo naquele ano 62 grupos escolares, com 20.689 alunos, sendo 10.589 do sexo feminino; 19.463 eram nacionais e 1.226 estrangeiros. Nas escolas complementares concluíram o curso naquele ano 189 alunos.

O exemplar de junho de 1905 traz consigo um grande artigo que trata sobre os problemas acarretados pelo excesso de profissionais da educação e desvio do verdadeiro propósito, o qual alicerçou a escola complementar quando da sua criação. O autor do texto lembra que o próprio secretário do interior foi um dos responsáveis pela criação da lei que habilitava as escolas complementares a diplomar profissionais do magistério como medida de baixo custo e mão-de-obra para sanar os problemas da grande demanda por professores.

Na ocasião da elaboração deste artigo da Revista o mesmo secretário do interior defendia, desta vez, a abolição das mesmas escolas complementares com função de formar

os referidos profissionais. O problema nesta questão toda era como seria feita esta mudança sem afetar os moldes do ensino público da época.

*“ Foi o sr. secretario do interior quem converteu as escolas complementares, primarias em profissionaes.
Si agora as quer supprimir ou transformar em grupos , faça-o.
Mas não proceda como Nero, quando mandou incendiar Roma e atirou a culpa nos cristãos.”(p. 634).*

Além da discussão do “futuro” das escolas complementares discutiu-se neste número também o descaso do governo em relação à redução dos programas escolares, o que segundo CATANI (2003) “...parece demonstrar o temor que os governantes têm de que os homens do povo sejam instruídos.” (p. 131). Esta idéia se concretiza baseada num trecho da Revista que defende a seguinte opinião:

“Aterra-os a idéia de um alfaiate, um marceneiro ou um tipógrafo ter conhecimento de física, de química, de história natural, de história geral, de direito...”(p.634).

No último exemplar do ano de 1905, tem-se sob o título sugestivo de “Onde o estímulo ?” novamente tratada a questão dos baixos salários dos professores públicos do estado de São Paulo.

“ Não queremos com isso dizer que se transforme o magistério público em uma carreira pecuniariamente lucrativa, mas desejamos que o professor seja condignamente retribuído e que o cerquem das garantias imprescindíveis para que elle possa , se não aperfeiçoar, ao menos conservar intactos os predicados moraes reclamados pela natureza do seu ministério afim de exercer proveitosamente a sua missão , sem temer ameaças, perseguições e intrigas sordidas de audaciosos e caricatos chefes políticos...”(p. 695).

Novamente e muitas vezes a questão salarial, bem como a negação de benefícios em geral à classe de professores, constavam de boa parte das discussões e opiniões da Revista. O primeiro artigo do ano de 1906 irá tratar novamente esta questão.

3.5. A Revista de Ensino nos anos de 1906 e 1907

O primeiro artigo do ano de 1906 vem tratar do imposto de 15% cobrado sobre os salários dos professores com o argumento de ser uma contribuição dos mesmos com o Estado na construção e manutenção de metas em educação. Tal fato provocara verdadeira polêmica entre os profissionais da educação indignados com tal medida.

*"...é uma injustiça clamorosa e um contrasenso que as despesas que aproveitam à instrução popular sejam pagas, em parte, ou na totalidade, pelos professores públicos por meio de um imposto muito mais elevado do que, em geral, qualquer outro cidadão paga...
...o que sobretudo caracteriza o imposto é ser igual para todos."(p. 744).*

Também neste mesmo número e sob o título de "Reformas" tem-se um artigo que trata, mais uma vez, dos anseios do professorado da época. As questões levantadas já foram por diversas vezes citadas neste trabalho como, por exemplo, a vitaliciedade e os baixos salários oferecidos à classe.

O que se pode destacar neste momento é a questão da equiparação das normalistas com as complementaristas, questão também discutida neste texto. Para o autor do texto é uma injustiça equiparar estes dois tipos de profissionais, uma vez que, o curso oferecido pelas escolas complementares era considerado muito inferior aos das escolas normais

"...collocar nos mesmo plano para efeitos legais quem estudou mais e quem estudou menos é uma offensa aso direitos adquiridos."(p. 745).

Ainda se tratando da formação de professores, outra questão polêmica e que envolvia a discussão em torno das escolas complementares é a questão da transformação das mesmas em escolas normais. Novamente este assunto passa a ser considerado inaceitável, uma vez que, as escolas complementares só formavam professores primários e adquiriu esta função por uma decisão do congresso, definida no artigo como errônea, já que seu nível de ensino em relação à escola normal era bastante deficitário.

No mesmo número, acima citado da Revista, na coluna "Noticiário", especifica-se as despesas com os níveis de ensino a soma total é a importância que o Estado de São Paulo despendia com a instrução primária.

Escola normal, complementar, modelo, anexa e jardim da infância – 298:960\$000; escolas complementares de Piracicaba, Campinas e Guaratinguetá – 176:460\$000. Contando ainda com as demais escolas e grupos escolares, escolas isoladas, gratificações de professores que contam mais de 30 anos de exercício e aos que regiam cursos noturnos, aluguéis de prédios para os grupos, aquisição de materiais escolares e obras didáticas, construção, adaptação, conserto e conclusão de edifícios para grupos escolares e, finalmente, inspeção de ensino, chegava-se num total de 7.597:580\$000. Só com a força pública o Estado gastava 7.022:724\$000.

Ainda no ano de 1906, desta vez no exemplar de setembro (o último deste ano) mais uma vez a questão da extinção do curso complementar é colocada em pauta. Sob o título de "Instrução popular" o autor identificado apenas pelas iniciais A . B. trata do projeto de lei defendido pelo então deputado Dr. Fontes Júnior em que fica instituído que professores complementaristas ou aqueles que, já matriculados viessem a receber seu

diploma, teriam direito de se matricularem no terceiro ano do curso normal. Também fariam restabelecidas as disposições da lei nº 88 de 08 de setembro de 1892 sobre as escolas complementares.

O Dr. Fontes Júnior deixava claro que a real intenção das escolas complementares, de caráter intermediário e com a intenção de complementar o ensino preliminar, só tomou novos rumos, devido à grande demanda por professores. Segundo o texto o referido projeto de lei traria algumas complicações, entre elas:

“ Na qualidade de escolas primarias, as complementares creadas pela lei n. 88 se resentem de grave defeito : - os programas das materias a leccionar é por demais exigente, attendendo-se principalmente aos progressos da instrucção popular em nosso Estado e à falta de utilidade alegada com razão pelos paes , que não vêem vantagens em seus filhos serem diplomados por taes institutos de educação.”(p. 43).

Segundo o autor este talvez seria também um forte motivo que levou os legisladores a transformarem o curso complementar em profissional, uma vez que, desta forma estas escolas teriam grande procura e também alunos não sendo como a escola normal superior .

“Para servir de complemento aos estudos preliminares, tal transformação burlou desde logo a intenção e o pensamento dos legisladores. Devendo ser disseminadas em todo Estado, ou pelo menos, nas cidades e logares onde existisse muita população escolar, à simillhança do que se tem praticado com os grupos - o número dellas foi restringido tanto quanto possível para evitar a superprodução de professores... E a instrucção destinada ao povo permaneceu no decantado ler, escrever e contar, com um verniz de licções de coisas, pomposamente arvoradas em programmas de ensino nos grupos.”(p.43).

Para o autor defender o projeto do deputado Fontes Júnior se caracterizava como sem sentido, pois da forma como estava posta sua intenção de inserir os complementaristas no terceiro ano da escola normal o ensino conseqüentemente se dividiria. Os primeiros e segundos anos da escola normal não teriam mais razão de existir e seus professores se queixariam do preparo insuficiente de seus alunos.

“Si foi erro, hoje confessado pelos próprios que o commetteram, transformar as complementares em normaes, também é erro agora se utilizar de meias medidas, quando se impõe a necessidade de as suprimmir, sem lesar, está claro, em seus direitos, professores e alunos.”(p.44).

Neste mesmo exemplar da Revista desta vez na seção Noticiário e com o título de “A Instrução Pública do Estado” verifica-se um apanhado geral da quantidade de escolas do Estado de São Paulo encarregadas de ministrar o ensino público: 475 escolas isoladas masculinas, 391 escolas isoladas femininas, 134 escolas mistas, 72 grupos escolares, 16 cursos noturno para adultos, 05 escolas complementares, 02 ginásios, 01 escola modelo, 01 jardim de infância, 01 seminário de educandas, 01 escola normal e 01 escola politécnica. Ao todo eram 1.100 estabelecimentos de ensino, dos quais 158 funcionavam na capital.

Uma grande crítica às escolas complementares fica a cargo do editorial intitulado “De quem a culpa?”. Alegava-se que as escolas complementares ao diplomar “cinco levas de candidatos às cadeiras não providas”, acabava por desvalorizar o salário dos professores, justamente pelo excesso de formados que acabavam por concorrer com os normalistas.

“De que vale um diploma , si não há verba para remunerar o trabalho dos novos professores ?”

“Só mesmo em São Paulo ou na cachola dos legisladores e pedagogos de meia tigela”
(p. 834).

Após nove meses de interrupção da publicação da Revista, o principal destaque da Revista no ano de 1907 é a publicação do discurso do diretor da escola complementar de Campinas, Antônio Alves Aranha² quando da formatura da primeira turma de formandos complementaristas. Merece destaque o modo como o diretor se referia à profissão docente, usando termos que espelhavam os *“árduos sacrifícios”* exigidos por esta *“profissão de contínua abnegação”*.

Para Antônio Alves Aranha a escola se assemelha à um ninho que *“acalantarás os filhotes implumes”* e a tão sofrida profissão docente se assemelha à uma *“viagem longa e repleta de incertezas”* o motivo principal de seguir tal viagem só poderia ser *“um ideal elevado”*.

Esta referência à profissão docente como função exaltada e como um dom divino é retratada por PEREIRA (1999) em seu artigo. A função docente se via constantemente, e isto se mantém forte até o fim da primeira década do século XX, retratada nas páginas da Revista como algo semelhante à função sacerdotal .

“É corrente em assuntos próximos do âmbito dos interesses , ou da especificação dos objetos legítimos da profissão subitamente surgir, aparentemente sem nenhum propósito , uma seqüência laudatória do altruísmo e do desinteresse , como a marcar pela repetição , a verdade quase transcendental do ‘sagrado dever’.”(p. 31).

² O Discurso na íntegra e nas páginas da Revista está disponível em anexo no final deste trabalho.

3.6. A Revista de Ensino nos últimos anos da Escola Complementar de Campinas: 1908 à 1911

“...o governo deve ser louvado , quando, de um lado, elle força o professor a respeitar a neutralidade escolar determinada por lei e indicada pela razão e quando, de outro lado, elle lança mão dos meios capazes de proteger os professores contra os sectarios que os combatem com o intuito de destruir a Escola pública.”(p. 61).³

Na edição de março de 1908 no artigo escrito por José Feliciano sob o título de “A Reforma Constitucional (simples reparos de um cidadão ativo)” a situação salarial dos profissionais do magistério é novamente colocada em pauta. O autor compara a situação dos professores com a de outras profissões como, por exemplo, a dos militares.

“...os professores, os juizes estão diretamente sujeitos aos perigos das tentações subornadoras, às peitas, às contempções, aos males da pena, às calamidades (calamnis) nas bancas de exame, nos tribunais de julgamento...São perigos contínuos, efetivos, inerentes à função diária e não riscos intercadentes, emergências possíveis. Isto contrasta os motivos de risco vital, alegados em favor dos militares.” (p.07).

O autor também discorre sobre a questão dos aposentados e compara a condição de sobrevivência à da mendicância e sugere a participação ativa dos mesmos na sociedade bem como a expansão dos benefícios e vantagens obtidos pelos militares.

³ Texto presente na edição de junho de 1909 intitulado “A escola pública e o governo” que se refere ao projeto de lei proposto pelo então ministro da instrução pública, Sr. Doumergue que garantia aos professores públicos proteção contra “manobras” de que eram alvo por parte de associações que já existiam há alguns anos e constituíam uma ameaça ao ensino leigo.

instituições de ensino público do Estado de São Paulo no ano de 1907. Neste trabalho será citado somente dados da Escola Complementar de Campinas que durante o ano de 1907 recebeu 172 matriculados e diplomou 35 alunos.

Durante o período que abarca o final do ano de 1907 até 1910 algumas questões entrariam insistentemente na pauta de discussão da Revista, além das citadas acima, que diziam respeito às condições salariais e de trabalho dos professores, como também à ameaça à vitaliciedade e aposentadoria dignas. Também era discutida a situação geral do ensino público no Estado de São Paulo. Diversos textos trataram desta temática, como a série de artigos intitulada “Instrução Pública – o problema do ensino”.

“...poderá lembrar ao Governo que o Estado deve dar ao povo um ensino integral e não o simples ler, escrever e contar do curso preliminar; poderá lembrar ao governo que as crianças pobres, ao deixar o 4º ano preliminar, ficam sem escolas, não podendo, portanto completar a sua instrução primária que, em toda parte do mundo vai dos sete ou oito anos aos dezoito”. (p. 45-46, dez. 1908).

De acordo com CATANI (2003) o período que marca os últimos anos de publicação da Revista ficou marcado por algumas “indisposições” e certas disputas de interesse de membros da Associação e o Estado .

“Quando a Revista encerrou as atividades dessa sua segunda fase de existência, essa indisposição já estava bem claramente explicitada nos editoriais de 1909... As presenças e ausências que podem ser notadas na terceira etapa da vida da Revista (1911-1918), quando ela passou a ser novamente editada pelo Estado graças à iniciativa de Oscar Thompson, podem dar uma medida dessas indisposições.”(p. 161)

Esta nova etapa da Revista não será retratada neste trabalho, uma vez que, o objetivo do mesmo é salientar as publicações da Revista durante o período de existência da

Esta nova etapa da Revista não será retratada neste trabalho, uma vez que, o objetivo do mesmo é salientar as publicações da Revista durante o período de existência da Escola Complementar de Campinas. Pode-se dizer, no entanto, que estes últimos anos até 1918 marcam uma terceira etapa da existência deste periódico em que a Revista enfrenta diversos percalços e volta a contar com o apoio estatal.

Capítulo IV. Considerações finais

“...acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida da imprensa periódica educacional permite conhecer as lutas por legitimidade que se travam dentro do campo e também analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares.” (CATANI, 2002, p. 07).

A pesquisa possibilitou a localização, como também ações de preservação e de levantamento dos exemplares da Revista constantes no acervo da biblioteca histórica da antiga Escola Normal de Campinas, no âmbito do estudo sobre a história da Escola Complementar de Campinas.

O estudo da Revista de Ensino do órgão do professorado Público, em período que abarcou o surgimento, auge e decadência da Escola Complementar de Campinas, possibilitou à pesquisadora conhecer aspectos relevantes do movimento educacional da época. Pela Revista pode-se vislumbrar as lutas por melhores condições e reconhecimento efetivo do valor da carreira docente, como também o nascimento das escolas complementares no intuito primeiro de completar o curso primário, uma Segunda etapa após o ensino preliminar e, mais tarde, como medida emergencial, suprir a grande demanda por profissionais da educação primária.

“ A criação das escolas complementares se deu num contexto no qual a instrução pública foi pensada como um sistema; e, dentro de tal sistema, a expansão do ensino primário era concebida como uma medida essencial para se alcançar os objetivos de desenvolvimento almejados.” (Teixeira Júnior, p. 229).

A Revista de Ensino, portanto, priorizou nos números estudados nesta pesquisa a análise da decadência do ensino público estadual, nos anos que sucederam a febre e euforia republicanas, por um modelo de educação inovador que seguisse os bons resultados obtidos nas experiências européias. Deste emaranhado de questões e debates tem o seu destaque a questão das escolas complementares. Neste cenário, ganham destaque as críticas em torno do ensino complementar, que já não conseguia mais cumprir sua função de formação docente. A Revista de Ensino seguiu com suas publicações até 1919, quando da publicação do último número datado de 1918, oito anos após a extinção das escolas complementares em todo o Estado de São Paulo.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PÚBLICO DE SÃO PAULO. **Revista de Ensino**. Ano I, abril de 1902.

_____ **Revista de Ensino**. Ano I.n.04. São Paulo: outubro de 1902.

_____ **Revista de Ensino**. Ano I.n.05. São Paulo: dezembro de 1902.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.01. São Paulo: abril de 1903.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.02. São Paulo: junho de 1903.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.03. São Paulo: agosto de 1903.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.04. São Paulo: outubro de 1903.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.05. São Paulo: dezembro de 1903.

_____ **Revista de Ensino**. Ano II.n.06. São Paulo: fevereiro de 1904.

_____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.01. São Paulo: abril de 1904.

_____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.02. São Paulo: junho de 1904.

_____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.01. São Paulo: agosto de 1904.

_____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.04. São Paulo: outubro de 1904.

_____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.05. São Paulo: dezembro de 1904.

- _____ **Revista de Ensino**. Ano III.n.06. São Paulo: fevereiro de 1905.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.01. São Paulo: abril de 1905.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.02. São Paulo: junho de 1905.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.03. São Paulo: agosto de 1905.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.04. São Paulo: janeiro de 1906.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.05. São Paulo: março de 1906.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano IV.n.06. São Paulo: maio de 1906.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano V.n.01. São Paulo: julho de 1906.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano V.n.02. São Paulo: setembro de 1906.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VI.n.03. São Paulo: junho de 1907.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VII.n.01. São Paulo: março de 1908.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VII.n.02. São Paulo: junho de 1908.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VIII.n.02. São Paulo: junho de 1909.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VIII.n.03. São Paulo: setembro de 1909.
- _____ **Revista de Ensino**. Ano VIII.n.04. São Paulo: dezembro de 1909.

_____. **Revista de Ensino**. Ano IX.n.01. São Paulo: março de 1910.

_____. **Revista de Ensino**. Ano X.n.04. São Paulo: setembro de 1911.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989. Coleção Tudo é História.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. **Biblioteca e formação docente: percursos da leitura (1902-1935)**. São Paulo : Autêntica Editora , Centro de Memória da Educação – FEUSP, FINEP, 2000.

CATANI, Denice Barbara. **Educação em Revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CATANI, Denice Barbara. **Educadores à meia –luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

CHARTIER, Roger e PAIRE, Alain (orgs.). **Práticas da Leitura**. São Paulo, Estação Liberdade, 2001.

INSPETORIA GERAL DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1909-1910**. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1910.

JÚNIOR, Oscar Teixeira. **Escola Complementar de Campinas (1903 a 1911): Espaço, Culturas e Saberes Escolares**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. Memórias da educação Campinas (1850-1960). Campinas: CMU/Unicamp,1999. Coleção Campiniana.

PEREIRA, Gilson R. de M. Interesse e desinteresse no magistério oficial paulista (1902-1911). In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 80, n.194, p. 28-41, jan./abr.1999.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. In: Revista Brasileira de Educação. São Paulo, Mai/Jun/jul/Ago 2000, n.14.

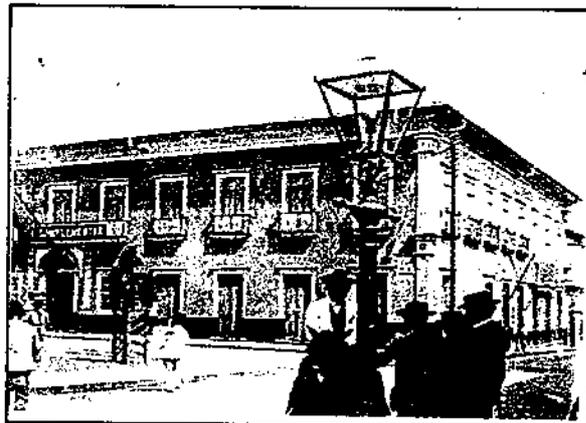
Anexos



Fachada da atual E.E. Carlos Gomes onde atualmente se localiza o acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas. Fonte: Acervo da antiga biblioteca da Escola Normal de Campinas.



Concentração de alunos durante desfile cívico, Campinas, SP, 1903. À direita vê-se o edifício da Escola Complementar de Campinas. Fonte: C.M.U.



Vista parcial do prédio da Escola Complementar de Campinas, no primeiro plano a rua Francisco Glicério. Fonte: Acervo da antiga biblioteca da Escola Normal de Campinas.



Fachada da Escola Complementar de Campinas, à rua Treze de Maio. Observa-se a saída da seção feminina. Fonte: Acervo da antiga biblioteca da Escola Normal de Campinas.



Escola Normal Carlos Gomes, Campinas, SP, década de 30. Fonte: C.M.U.

SÃO PAULO ABRIL DE 1902 ANNO I

REVISTA DE ENSINO
DA
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE

DO
PROFESSORADO PÚBLICO DE SÃO PAULO

DETERMINADA POR RESOLUÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO

CONSELHO EDITORIAL — ANÁLDO DE OLIVEIRA BARRETO

REDAÇÃO — SEBASTIÃO DE RIBEIRO — RUA DO PAU-ALTO, 100

REDACTORES EFFECTIVOS

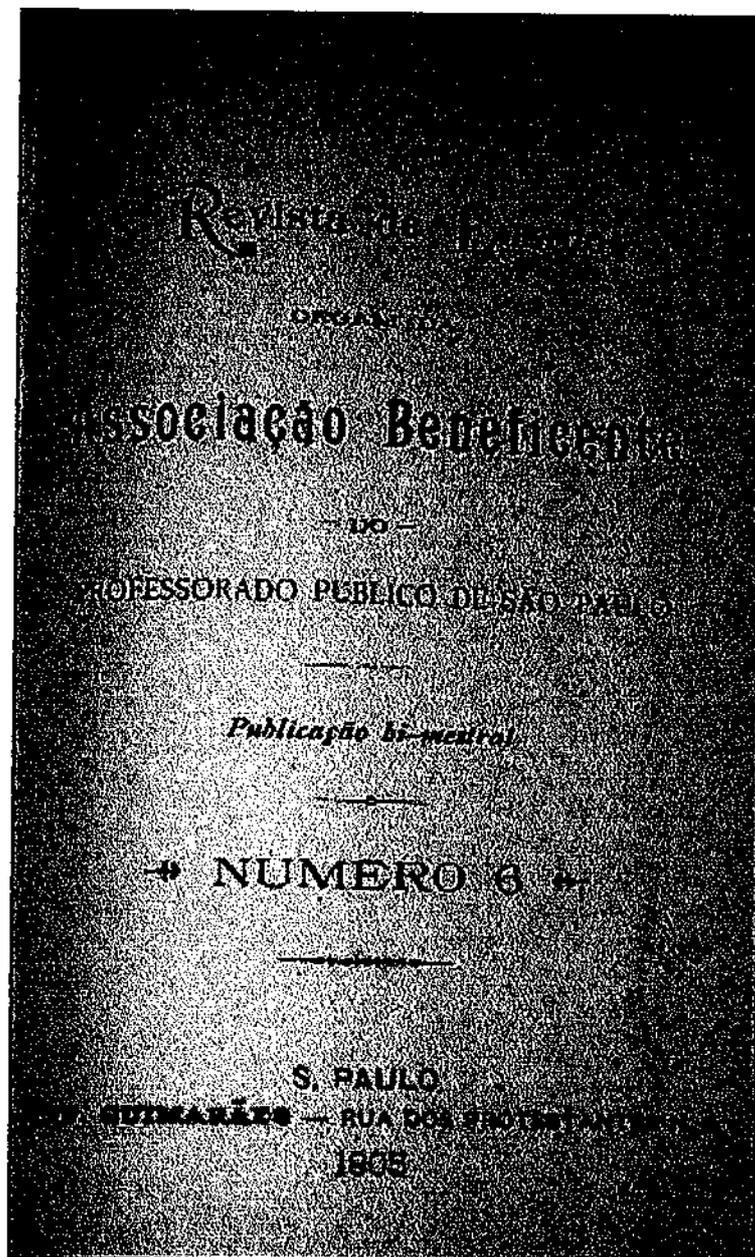
<i>Luiz de Barros</i>	<i>Alfredo Bresser da Silveira</i>
<i>João Paulo de Silva</i>	<i>Eudáxia Maria Arantes</i>
<i>João Lourenço Rodrigues</i>	<i>Ramon Esca Dardal</i>
<i>João Chrysostomo B. dos Reis Junior</i>	

NUMERO 1

SÃO PAULO

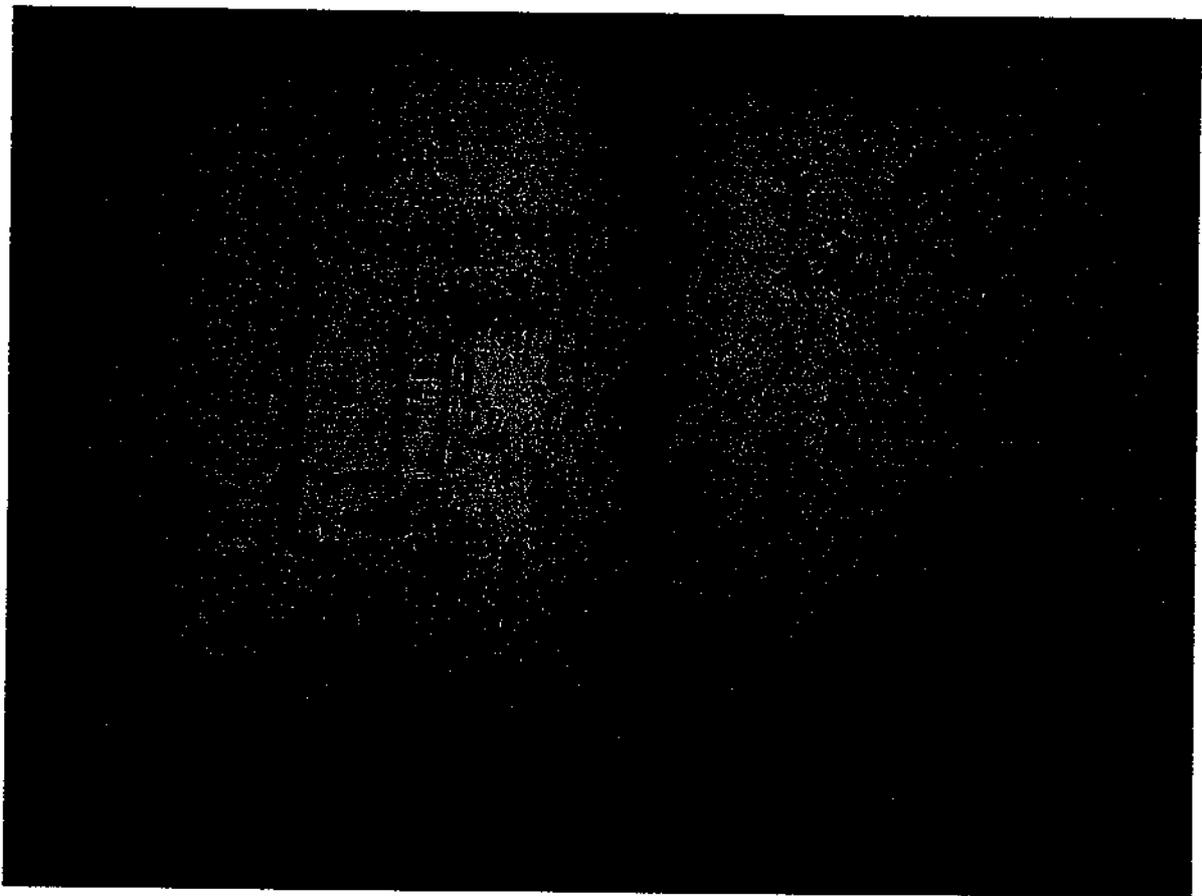
TYPOGRAPHIA DO "DIÁRIO OFFICIAL"
1913

Capa de exemplar da Revista de Ensino no período em que era supervisionada pelo Governo do Estado de São Paulo. Fonte: Acervo da antiga biblioteca da Escola Normal de Campinas.

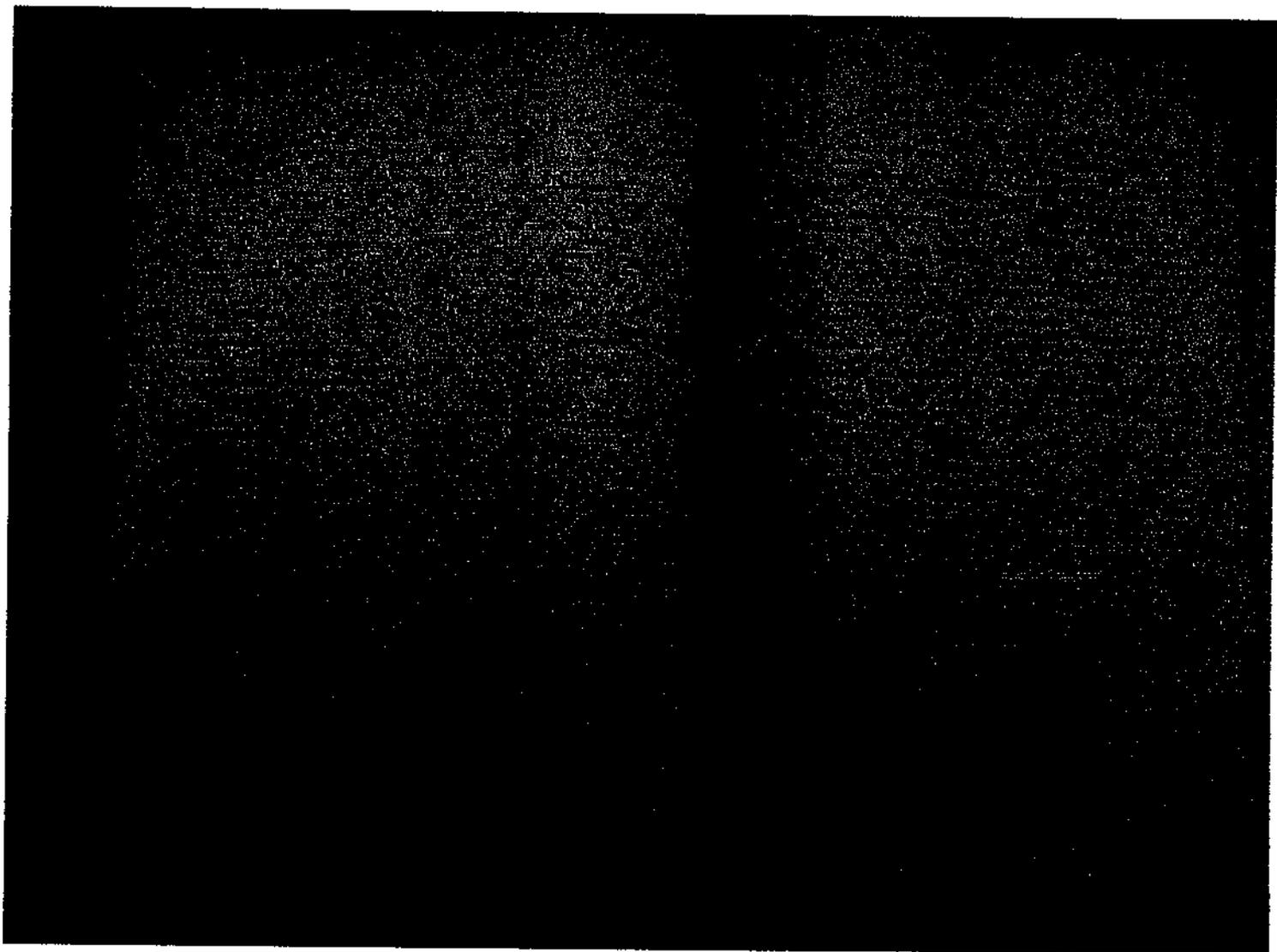


Capa de exemplar da Revista de Ensino sem a supervisão do Governo do Estado de São Paulo. Fonte: Acervo da antiga biblioteca da Escola Normal de Campinas.

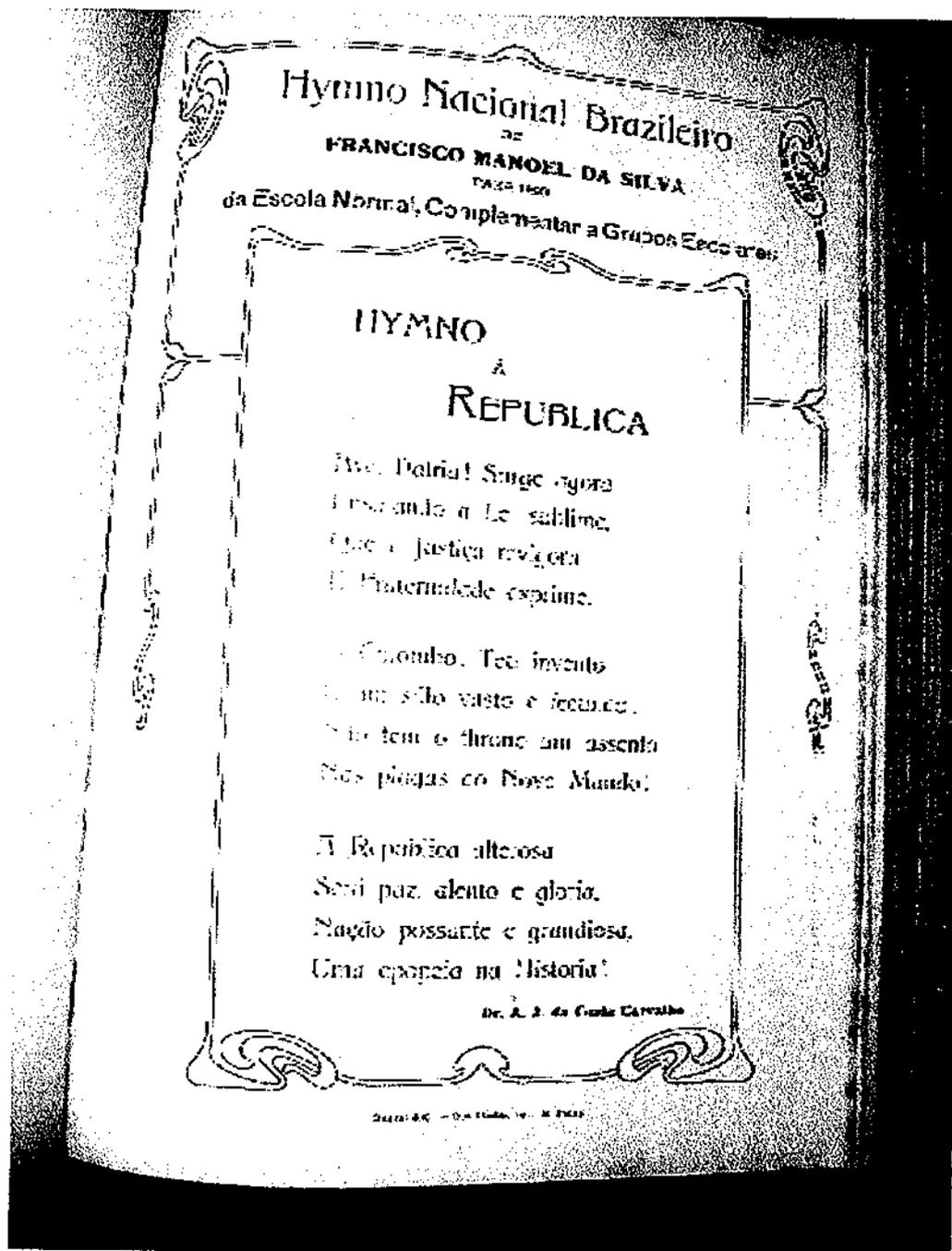
Indicações de materiais de apoio didático estavam sempre presentes no exemplares da Revista. Neste caso os materiais indicados são cartilhas de alfabetização. Fonte: acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas.



Nota sobre a festa de inauguração da Escola Complementar de Campinas, exemplar da Revista de junho de 1903. Fonte: acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas.



Hino Nacional Brasileiro para uso em Escolas Normal, Complementar e Grupos Escolares. Revista de Ensino n. 06 de maio de 1906. Fonte: acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas.



Discurso do director da Escola Complementar de Campinas, Ant6nio Alves Aranha, quando da formatura da primeira turma de complementaristas em 1907. Fonte: acervo da biblioteca da antiga Escola Normal de Campinas.

DISCURSO

proferido pelo director da Escola Complementar, de Campinas, Ant6nio Alves Aranha, por occasião da formatura da primeira turma de professores em 1907.

E' tal a magnitude deste acto, tal a sua significação e seu alcance, que eu sou impellido a congratular-me comyosco e com toda a familia campineira.

O dia de hoje é para todos nós um dia de festa, cheio de esperanças. É o dia em que a Escola Complementar de Campinas entrega, ao Estado de São Paulo, a sua primeira phalange de evangelisadores da grande causa de nosso tempo que se identifica com a grande causa da democracia, com a causa da patria e da civilização. Para mim, senhores, para mim particularmente, o dia de hoje é um dia de triumpho, de triumpho que se alcança em dois pontos de um campo de batalha.

Ha quatro annos, quando o Governador de São Paulo, pela voz de nosso illustre governador, Sr. Bento Prado, me nomeou director da primeira turma complementarista, eu me sentipar a director de um estabelecimento de ensino superior de primeira linha.

Esse nome, senhores, não era simplesmente um titulo de honra; era um titulo de responsabilidade. Era uma prova de confiança e de superiorites hierarchicas; era um titulo de honra, tanto mais, o orgulho de quem o empheito que estremece a alma natal e que viu apresentar-se a oportunidade de prestar um serviço de certa relevancia.

Passado, porém, esse momento, eu senti-me como que estagado sob o peso de uma tremenda responsabilidade.

Eu vinha trabalhar na terra illustre, onde trabalharam Julio Ribeiro, João Vieira e outros; na terra que fundou o Collegio Culto á Sciencia como um monumento de sua mentalidade; na terra que se illustrou na Europa com Carlos Gomes e Correa de Mello; na terra gloriosa de Moraes Sales, de Quirino dos Santos, de d. João Nery; na terra

enfim que se tornou tradicional pelo arrojo de seus empreendimentos, pelo adiantado de suas ideias.

Senti-me sem forças para assumir tal responsabilidade; e, si aqui estou, foi porque o sentimento do dever me fez mais alto do que a minha timidez. Vim, não para brilhar, mas para formar esta pleiade sympathica e esperancosa que ha de honrar a Escola Complementar de Campinas, afirmando praticamente, pelo seu trabalho, todo o meu esforço, toda a minha boa vontade, todo o meu desejo de prestar serviço á minha terra.

Eu vol-a apreento, senhores, convencido de que, si a Escola Complementar não brilhar sob minha direcção, esta mocidade, cheia de vida e de esperança, ha de brilhar para honra de sua terra e para honra deste estabelecimento de ensino.

Senhores professorandos! Eu de-vos, antes de tudo, agradecer-vos a honra que me dispensastes escolhendo-me vosso paranymphe.

Sabeis que não sou orador, que nem sequer devo levantar a voz na terra onde ha oradores da estatura de Hierimbach e de outros.

Sacrificastes uma parte da belleza de vossa festa para me dar uma prova de vossa affeição, para me dar um sientio no meio dos trabalhos e dos dissabores de que é tão fecunda a vida de um director.

Eu comprehendo o vosso sacrificio e não busco palavras para encarecel-o, mas quero apresentar-vos desta tribuna a minha profunda gratidão.

As completardes os vossos estudos, vos preparaes para uma serie de trabalhos que ainda não conheceis.

Ides dar os primeiros passos em procura de um futuro que se vos afigura cheio de rosas, deixando a vossa vida de alumnos que natural-

...scimento
...parten,
...a offi-
...o
...a mu-
...erancia
...o indivi-
...o harmo-
...o desta
...qual-
...ou ma-
...ompla-
...pelas
...do de-
...el da
...rio-que
...o, car-
...ossa,
...o um
...os a
...para
...a
...a
...do
...doso
...epi-
...fio
...lhos
...na
...en-
...ca;
...vi-
...em
...bes
...a
...re-
...as

